

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO**

MARIA JULIA DO NASCIMENTO

GÊNERO, LINGUAGEM E PUBLICIDADE:

reflexões sobre os usos das marcas de gênero nas construções discursivas

São Paulo
2023

MARIA JULIA DO NASCIMENTO

GÊNERO, LINGUAGEM E PUBLICIDADE:

reflexões sobre os usos das marcas de gênero nas construções discursivas

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, apresentado ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo.

Orientação: Prof. Dr. Bruno Pompeu Marques Filho

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Nascimento, Maria Julia do
Gênero, linguagem e publicidade:: reflexões sobre os
usos das marcas de gênero nas construções discursivas /
Maria Julia do Nascimento; orientador, Bruno Pompeu
Marques Filho. - São Paulo, 2023.
57 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo /
Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São
Paulo.
Bibliografia

1. Publicidade. 2. Gênero. 3. Linguagem inclusiva. I.
Pompeu Marques Filho, Bruno. II. Título.

CDD 21.ed. -
659.1

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Patricia, e ao meu pai, André, por todo o apoio, o carinho e o incentivo desde o início dessa caminhada.

Ao meu eterno grupo de trabalho, formado por Greyce, João, Leo e Pam, por terem feito São Paulo parecer um lar durante todos os anos da graduação.

RESUMO

O presente trabalho objetiva produzir um apanhado teórico referente aos estudos da linguagem, do gênero e da publicidade, na intenção de realizar reflexões a respeito do uso do masculino como sinônimo de “geral” na língua portuguesa e da exclusão ocasionada por esse emprego arbitrário, buscando transpor essas preocupações para o contexto da atuação publicitária, consideradas as suas especificidades quanto linguagem mercadológica. A partir dos textos reunidos, foi possível explicitar a ligação direta entre linguagem, pensamento e discurso; elaborar um histórico da fabricação social de conceitos como sexo, gênero e sexualidade, bem como tornar nítida a participação da língua na cristalização desses construtos; e buscar maneiras de implementar encadeamentos sígnicos menos excludentes na elaboração dos textos publicitários, respeitadas as particularidades dessa esfera. Enfim, este trabalho cumpre o papel de levantar e apresentar os principais anseios relacionados à investigação de usos não sexistas do código linguístico, apontando para a importância de se refletir cada vez mais acerca das escolhas lexicais presentes nas enunciações cotidianas.

Palavras-chave: Gênero. Publicidade. Linguagem inclusiva.

ABSTRACT

The present work aims at a theoretical overview regarding the studies of language, gender and advertising, with the intention of carrying out reflections regarding the use of the masculine form as a synonym for “general” in the Portuguese language and the exclusion caused by this arbitrary use, seeking to transpose these concerns to the context of advertising activities, considering its specificity as a marketing language. From the texts gathered, it was possible to explain the direct connection between language, thought and speech; elaborate a history of the social fabrication of concepts such as sex, gender and sexuality, as well as clarify the participation of language in the crystallization of these constructs; and seek ways to implement less exclusive sign chains in the elaboration of advertising texts, respecting the particularities of this sphere. Ultimately, this work fulfills the role of raising and presenting the main concerns related to the investigation of non-sexist uses of the linguistic code, pointing to the importance of increasingly reflecting on the lexical choices present in everyday utterances.

Keywords: Gender. Advertising. Inclusive language.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. LINGUAGEM, LÍNGUA E DISCURSO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	10
1.1. LINGUAGEM E PENSAMENTO.....	10
1.2. LÍNGUA E FALA.....	13
1.3. DISCURSO E IDEOLOGIA.....	17
2. (ALGUNS) PROBLEMAS DE GÊNERO.....	23
2.1. GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE.....	23
2.2. A ORIGEM DA FAMÍLIA E DA DIFERENÇA SEXUAL.....	30
2.3. DISCURSO E GÊNERO.....	33
3. E A PUBLICIDADE, ONDE ENTRA?.....	38
3.1. TODAS, TODOS E <i>TODES</i> ?.....	43
3.2. CAMINHOS PARA UMA LINGUAGEM MENOS EXCLUIDENTE.....	47
3.3. O CAVALO DE TROIA.....	49
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	55

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata, sobretudo, da linguagem e do uso da língua nas relações diárias, buscando produzir uma reflexão acerca de como são dispostos os signos nos discursos. Parte-se do entendimento de que as palavras, por mais que se encontrem neutras no dicionário, passam a expandir valores e conceitos ideológicos assim que tomam um contexto no interior das frases. Tendo em mente esse aspecto central da malha sínica linguística, buscamos demonstrar de que maneira o emprego das marcas de gênero masculinas enquanto representantes do todo, do “geral”, invisibiliza as mulheres e as pessoas que não se identificam com nenhuma das categorias binárias cristalizadas no imaginário coletivo, contribuindo para a naturalização de certas contradições sociais. Isso porque a linguagem estabelece um vínculo inseparável com o pensamento e, portanto, com a consciência humana.

Dentro do fazer publicitário, operam-se signos e sentidos o tempo todo, e buscamos realizar uma transposição dessas preocupações para o âmbito da linguagem na publicidade, explorando e investigando possibilidades de ordenações lexicais menos excludentes no contexto do mercado da comunicação.

Para isso, foi necessária uma retomada de escritos importantes com os quais se teve contato durante a graduação a respeito da comunicação verbal. Ferdinand de Saussure (2006), José Luiz Fiorin (2007; 2012), Alexis Leontiev (2004), Lev Vigotski (2001), Dominique Maingueneau (2004) e Adilson Citelli (2002) foram alguns dos nomes recapitulados na intenção de se elaborar um pequeno histórico dos estudos do tema, aliados à *História da linguagem*, de Julia Kristeva (1969), e à análise das marcas de gênero nos discursos educacionais realizada por Guacira Lopes Louro (2014) em *Gênero, sexualidade e educação*. Em um primeiro momento, essas e outras obras são articuladas para salientar a ligação intrínseca entre linguagem, pensamento e sociedade; diferenciar conceitos como língua e discurso; e destacar as práticas enunciativas conforme o seu potencial de exercer influência na realidade material.

Ao longo do segundo capítulo, recuperamos a gênese da oposição desigual entre as categorias “homem” e “mulher”, entendidas neste trabalho como “classes”, em consonância com a teoria feminista radical de Monique Wittig (2022). A ela se unem a perspectiva queer de Judith Butler (2023) e Paul Preciado (2020; 2022a; 2022b) e o apanhado minucioso da trajetória feminina no capitalismo desenvolvido por Silvia Federici (2017). Aqui o objetivo é deixar nítido o processo de fabricação do que se comprehende por “masculino” e “feminino” no interior das sociedades ocidentais, levado a cabo para intensificar a apropriação do

trabalho das mulheres. Também nessa seção, aprofundamos as discussões envolvendo os usos da língua que discriminam em razão do gênero e permitem a manutenção de estruturas discursivas favoráveis a um imaginário de hegemonia masculina, apreendendo as marcas de gênero como indexadoras linguísticas do dualismo “homem”/“mulher”.

Por fim, transportamos esse trabalho teórico para o âmbito da comunicação de marcas e anunciantes, procurando imaginar caminhos na direção de uma utilização mais inclusiva das palavras. Nesse sentido, o que escreve Bruno Pompeu (2021) a respeito da “publicidade pós-causa” nos ajuda a delimitar as práticas das quais pretendemos nos aproximar, entendendo a linguagem publicitária em seu lugar de mediadora de sentidos, valores e ideais, e, portanto, detentora de uma força simbólica que implica em responsabilidades específicas – entre elas, a de contribuir para o aumento da razoabilidade. Luiz Carlos da Silva Schwindt (2020) e Raquel Noronha (2023) nos auxiliam com os seus estudos das modalidades linguísticas não excludentes, trazidas neste texto como forma de demonstrar as alternativas que existem hoje e a viabilidade de se pensar novos desenvolvimentos.

Com isso, este trabalho tem como principal razão de ser a compreensão de que a linguagem estabelece as condições sob as quais apreendemos, interpretamos e navegamos a materialidade do real, tornando imprescindível uma análise mais ampla dos signos linguísticos presentes em nossas interlocuções rotineiras e dos pontos de vista que eles permitem circular entre consciências discursivamente conectadas, em especial no contexto da publicidade e do seu diálogo com pessoas e públicos incontáveis.

A idealização deste tema partiu de múltiplas reflexões realizadas tanto ao longo da graduação quanto no âmbito profissional acerca das convenções patriarcais que orientam o uso da língua em todos os contextos, pois a comunicação é mediadora das experiências em sociedade. “Parece-me que o primeiro contrato social, permanente, definitivo, é a linguagem. O acordo básico entre seres humanos, o que de fato os torna humanos e sociais, é a linguagem” (Wittig, 2022, p. 70). O contraste entre o que se estuda a respeito dessas características da linguagem e a exclusão operada pela forma hegemônica da língua da qual precisamos nos servir em nossas enunciações passaram a gerar um desconforto, em especial nos momentos em que se toma o código linguístico para elaborar uma mensagem destinada a um grupo heterogêneo.

Ao mesmo tempo, de 2019 até aqui, as discussões referentes à linguagem neutra avançaram substancialmente, tomando novos patamares de atenção e colaborando também para que se concebessem novas maneiras de estruturar os discursos, em conformidade com a preocupação de incluir as múltiplas manifestações do gênero na sociedade.

Este trabalho foi realizado em resposta a esses anseios: a impossibilidade de ignorar, à luz dos nossos estudos da linguagem, da língua e do pensamento, utilizações arbitrariamente excludentes da língua; e o impulso de discutir, a exemplo das reivindicações de modalidades neutras do idioma, maneiras de se manejar os signos linguísticos a fim de superar o efeito discriminatório das marcas de gênero.

Traduzir questões como essas para o domínio da publicidade, seguramente, implica alguns outros desafios, já que a linguagem publicitária, como qualquer outra, atua a partir de preceitos específicos – no seu caso, dentro de seus objetivos e valores assumidamente mercadológicos. Em suas intenções de informar e persuadir, a partir de aspectos reais ou imaginários de um produto ou serviço, um segmento particular de todas as pessoas a que se dirige, o discurso publicitário necessita imprimir um caráter agradável e rapidamente compreensível à sua comunicação, de modo a inserir o que se vende no universo estético-simbólico do público sem despertar incômodo ou desconforto.

Sem dúvida, esses fatores impõem certas limitações às experiências linguísticas não excludentes que investigamos neste texto, e buscamos também salientar esses traços durante a argumentação.

1. LINGUAGEM, LÍNGUA E DISCURSO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Tomando como ponto de partida a relação entre a linguagem e o pensamento, este capítulo tem como objetivo introduzir a problemática das marcas de gênero presentes em nossas enunciações cotidianas, de modo a destacar o canal direto que existe entre a comunicação e a consciência e, assim, apontar para reflexões importantes a respeito das escolhas lexicais que mobilizamos na construção dos nossos discursos. Para que isso seja possível, é necessário que nos detenhamos sobre algumas das teorias que estudam a linguagem, a língua, a fala e o discurso, conceitos que serão manuseados no decorrer do texto.

1.1. LINGUAGEM E PENSAMENTO

Antes de mais nada, a linguagem é um fenômeno muito mais heterogêneo do que costumamos pensar. Por vezes utilizada como um sinônimo para “língua”, a linguagem se apresenta, na realidade, como um sistema comunicacional extremamente complexo. Nas palavras de Ferdinand de Saussure (2006, p. 17), ela é “multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade”. A linguagem, como diz o filósofo, é física pois os sons se propagam pelo ar com velocidade imensa; fisiológica porque o pensamento, a fala, a audição e a interpretação colocam em movimento estímulos e órgãos dos mais variados; e psíquica por conta das operações cognitivas necessárias para produzir e entender mensagens (Fiorin, 2012, p. 49).

A impossibilidade de classificar a linguagem em uma única categoria se deve a essa diversidade de aspectos e efeitos, mas não somente. Como explica Julia Kristeva (1969), problemas de diferentes ordens se misturam quando consideramos que a linguagem não existe apenas como fala:

Em primeiro lugar, e vista do exterior, a linguagem reveste-se de um caráter *material* diversificado cujos aspectos e relações temos de conhecer: a linguagem é uma cadeia de *sons* articulados, mas também uma rede de *marcas* escritas (uma escrita), ou um jogo de *gestos* (uma gestualidade). Quais são as relações entre a voz, a escrita e o gesto? Por quê estas diferenças e o que é que elas implicam? A linguagem põe-nos estes problemas logo que chegamos ao seu modo de ser. Ao mesmo tempo, esta materialidade enunciada, escrita ou gesticulada produz e exprime (isto é, comunica) aquilo a que chamamos um pensamento. Quer dizer que a

linguagem é simultaneamente o único modo de ser do pensamento, a sua realidade e a sua realização (Kristeva, 1969, p. 17).

Nesse trecho, percebemos com nitidez as razões pelas quais estudar a linguagem de maneira unitária, considerando-a uma massa única e homogênea, é uma tarefa impossível. Assumindo que ela se ocupa de demarcar, significar e comunicar, é possível tomar todas as práticas humanas como tipos de linguagem (p. 14-15).

No *Dicionário de semiótica* (1979), escrito por Algirdas Greimas e Joseph Courtés, o verbete “linguagem” descreve um objeto do saber que não é definido em si, mas somente em função dos métodos e procedimentos empregados na sua análise e/ou construção. Eles escrevem: “qualquer tentativa de definição da linguagem (como faculdade humana, como função social, como meio de comunicação etc.) reflete uma atitude teórica que ordena a seu modo o conjunto dos ‘fatos semióticos’” (p. 259). Para os autores, o sinônimo menos comprometedor para “linguagem” seria “conjunto significante”. De maneira semelhante, José Luiz Fiorin chama as linguagens de “sistemas de construção de sentido” (2012, p. 47). E do que se ocupa esse conjunto ou sistema; que construção significante é essa que se dá pela linguagem? Como elucidou Kristeva no trecho supracitado, se trata da articulação do pensamento.

Não há linguagem sem pensamento e nem pensamento sem linguagem. A filósofa diz: “além do fato de mesmo o discurso mudo (o ‘pensamento’ mudo) no seu labirinto se servir da rede da linguagem e não a poder dispensar, parece impossível hoje em dia, sem abandonar o terreno do materialismo, afirmar a existência de um pensamento extralinguístico” (1969, p. 17-18). Para a autora, a linguagem se ocupa da produção e da comunicação do pensamento simultaneamente, e uma dessas funções não pode existir sem a outra (p. 18).

Em *O desenvolvimento do psiquismo*, Alexis Leontiev (2004) vai buscar a origem dessa relação intrínseca no trabalho humano primitivo, caracterizado por dois fatores principais: a fabricação de instrumentos e a atividade comum coletiva (p. 80). Para ele, o trabalho humano é uma atividade social baseada na divisão de funções e na cooperação entre pessoas; do abate da caça à coleta de recursos, essas ações em grupo mediatizam e incentivam a comunicação no interior da comunidade (p. 81). Nesse sentido, a confecção e preservação dos objetos empregados nas atividades produtivas tomam uma posição importante no desenvolvimento da linguagem, pois só é possível criar e utilizar um instrumento quando se tem consciência das propriedades dele e do alvo de sua ação:

O golpe do machado submete as propriedades do material de que é feito este objeto a uma prova infalível; assim se realiza uma análise prática e uma

generalização das propriedades objetivas dos objetos segundo um índice determinado, objetivado no próprio instrumento. Assim, é o instrumento que é de certa maneira portador da primeira verdadeira abstração consciente e racional, da primeira generalização consciente e racional (Leontiev, 2004, p. 88).

O instrumento de trabalho é, portanto, de acordo com o autor, a primeira abstração da realidade por parte da nossa consciência, a primeira generalização: é no intuito de se referir àquele objeto e aos demais que sofrem a sua ação, dentro de um contexto social, que ocorre o estopim simultâneo do pensamento humano e da linguagem, pois “tal como a consciência, a linguagem é o produto da coletividade, o produto da atividade humana” (p. 92) e “significando no processo de trabalho, um objeto, a palavra distingue-o e generaliza-o para a consciência individual, precisamente na sua relação objetiva e social, isto é, como objeto social” (p. 93). Com Julia Kristeva (1969), lemos que “se a linguagem é a matéria do pensamento, é também o próprio elemento da comunicação social. Não há sociedade sem linguagem, tal como não há sociedade sem comunicação. Tudo o que se produz como linguagem tem lugar na troca social para ser comunicado” (p. 18).

A generalização realizada pela palavra, ou seja, a apreensão de um conceito em um signo, de acordo com Lev Vigotski (2001), “é um excepcional ato verbal do pensamento, ato esse que reflete a realidade de modo inteiramente diverso daquele como esta é refletida nas sensações e percepções imediatas” (p. 9). Essa diversidade diz respeito ao fato de que, além de ser deslocada da materialidade do real e armazenada como fato da consciência, a palavra “nunca se refere a um objeto isolado mas a todo um grupo ou classe de objetos”, por isso a sua característica de “geral”: o significado de “cão”, por exemplo, não está atrelado à ideia de um único cão específico, mas, ao contrário, descreve um conceito geral, com valor classificatório (Fiorin, 2007, p. 58), podendo representar todo e qualquer cão.

Ao comentar, do ponto de vista da psicologia, a insistência em se estudar apenas o aspecto externo do signo, e a escassez de pesquisas voltadas ao seu aspecto interno – o significado –, Vigotski destaca que “é precisamente nesse outro aspecto que se encerra a possibilidade de solução das questões que nos interessam e dizem respeito à ligação entre pensamento e linguagem, porque é justamente no significado que está o nó daquilo que chamamos de pensamento verbalizado” (2001, p. 9). Para ele, a palavra privada do significado “já não pertence ao reino da linguagem” (p. 10), logo, não pode ser assimilada pela consciência e articulada em pensamento.

Com isso, entendemos que a linguagem e o pensamento só são possíveis quando há a abstração de um recorte do real e a sua generalização: só podemos pensar e comunicar sobre algo que foi apreendido pela nossa consciência como palavra. Dito de outro modo, “só percebemos no mundo o que a nossa língua nomeia” (Fiorin, 2007, p. 55). No que se refere a essa questão, Saussure afirma:

Psicologicamente, abstração feita de sua expressão por meio das palavras, nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta. Filósofos e linguistas sempre concordaram em reconhecer que, sem o recurso dos signos, seríamos incapazes de distinguir duas idéias de modo claro e constante. Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não existem ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua (Saussure, 2006, p. 130).

Explicitada a indissociabilidade que rege a relação entre pensamento e linguagem, e compreendidas a função e a realização social de ambos esses conceitos, podemos, então, pensar a linguagem como uma porta de entrada para a investigação não apenas da consciência humana, mas também da própria organização das sociedades. Kristeva (1969) considera que, da mesma maneira que o Renascimento substituiu o culto de Deus pelo culto do “Homem com maiúscula”, as épocas seguintes se desfazem dos cultos, descentralizando o ser humano e introduzindo em seu lugar um sistema acessível à análise científica: “o homem como linguagem, a linguagem no lugar do homem, será o gesto desmistificador por excelência, que introduz a ciência na zona complexa e imprecisa do humano, no ponto onde se instalam (habitualmente) as ideologias e as religiões” (p. 14). A linguagem seria, então, a “chave” da história social, uma via que nos permite acessar e desembaraçar as leis que constituem a vida em sociedade:

[...] essa linguagem, agora mais do que em qualquer outro momento da história, é isolada e como que colocada à distância para ser captada enquanto *objeto de conhecimento* particular, suscetível de nos dar acesso não apenas às leis do seu próprio funcionamento, mas também a tudo o que releva da ordem social (Kristeva, 1969, p. 13).

Essa reflexão será retomada posteriormente, pois ela será muito importante no decorrer deste trabalho.

1.2. LÍNGUA E FALA

Nos parágrafos anteriores, mencionam-se os conceitos “palavra” e “signo”. Portanto, cabe agora nos aprofundarmos um pouco mais na definição de “língua”. Saussure (2006) considera a língua uma parte determinada e essencial da linguagem, não se confundindo com

ela. “É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (p. 17). Para o filósofo, a língua assume o primeiro lugar no estudo da linguagem porque não se pode articular palavras sem o apoio de um instrumento criado e fornecido pela coletividade. Por isso, “não é, então, ilusório dizer que é a língua que faz a unidade da linguagem” (p. 18). No verbete, encontramos a seguinte definição:

Qualificada de “natural”, presume-se que a língua se opõe às linguagens “artificiais” na medida em que caracteriza a “natureza humana”, embora transcendendo os indivíduos que a utilizam: ela apresenta-se como uma organização estrutural imanente, dominando os sujeitos falantes que são incapazes de mudá-la, ainda que esteja em seu poder construir e manipular as linguagens artificiais (Greimas; Courtés, 1979, p. 258).

Se a língua não é uma função da pessoa falante, mas, ao contrário, como diz Saussure, um produto registrado por cada pessoa de maneira passiva (2006, p. 22), é precisamente pela dominação que exerce sobre o corpo social: não podemos construir ou manipular individualmente a língua, pois os seus códigos fazem parte de uma organização estrutural situada além de qualquer pessoa, e não existem “senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre membros da comunidade” (p. 22), que precisam, desde a infância, passar por um aprendizado para conhecer o seu funcionamento.

Podemos localizá-la, como expusemos ao discorrer sobre a significação dos instrumentos de trabalho humano, “na porção determinada do circuito em que uma imagem auditiva vem associar-se a um conceito”. Ou seja, no momento em que o registro psíquico de um som se atrela, por intermédio da atividade coletiva e social, a um significado específico – no caso posto por Leontiev (2004), a este ou àquele instrumento –, identificamos a língua. Ela constitui-se, justamente, em um sistema de signos cuja característica essencial é a união entre o sentido – chamado, como mostramos, “significado” – e a já mencionada imagem auditiva – chamada “significante” –, que se define como a representação acústica de uma palavra, deslocada do contexto da fala e assimilada em nossa consciência (Saussure, 2006, p. 22-23). Sobre a ideia de “imagem acústica”, José Luiz Fiorin (2007) explica que não se trata do “som material, físico, mas a impressão psíquica dos sons, perceptível quando pensamos numa palavra, mas não a falamos” (p. 58).

Na teoria de Saussure, é esse aspecto acústico que articulamos quando nos colocamos a falar, traduzindo a informação psíquica em uma infinidade de movimentos musculares envolvidos na fonação. Enquanto a língua é uma ferramenta, um instrumento produzido no meio social que possui regras e normas acordadas coletivamente, a fala, oposta a ela, é “um

ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações” (2006, p. 22). Ao contrário da relação que se estabelece entre sujeito e língua, a pessoa falante é sempre senhora da própria fala, pois o ato de enunciar é individual: as consciências são únicas, e cada qual combina os signos linguísticos de um modo particular para construir e transmitir a sua mensagem.

Consultando mais uma vez o *Dicionário de semiótica*, encontramos a seguinte observação no verbete “fala”:

Na dicotomia saussuriana, fala opõe-se a língua, sem que por isso se trate de um conceito bem definido. Com efeito, como essa dicotomia só foi enunciada e desenvolvida por F. de Saussure para melhor circunscrever a noção de língua (único objeto, para ele, da linguística), fala aparece, desde a origem, como uma espécie de “vale-tudo” nocional, cuja força de sugestão foi, entretanto, considerável por ocasião do desenvolvimento posterior da linguística. A problemática aí subjacente explodiu, depois, numa série de conceitualizações, variáveis de uma teoria para outra, de modo que o conceito de fala deixou, hoje, de ser operatório (Greimas; Courtés, 1979, p. 179)

Percebemos, assim, que, desde a primeira postulação a respeito da fala, elaborada por Saussure na intenção de melhor localizar o domínio da língua, muitas outras ramificações desse conhecimento foram desenvolvidas por nomes diversos dentro do campo da linguística, a ponto de tornar insuficiente a conceituação inicial sobre esse aspecto da linguagem. No mesmo verbete, o dicionário traz algumas dessas reinterpretações – ou reformulações – parciais da ideia de fala como exposta em Saussure; entre elas, o conceito de discurso:

Discurso (oposto a língua), concebido por E. Benveniste como língua assumida e transformada pelo falante, ocupa, neste, um lugar comparável ao de fala em Saussure. Todavia, sua insistência no papel do sujeito que assume a língua produz uma nova dicotomia, a da enunciação e do enunciado: dois aspectos complementares da fala saussuriana (Greimas; Courtés, 1979, p. 180).

Dentro dos objetivos deste texto, esse é o conceito que melhor se encaixa no que pretendemos abordar. Com rigor e sem ambiguidade, o discurso, seguindo a lógica de uma pessoa falante que “assume” e “transforma” o código linguístico para enunciar algo, pode ser definido como “a manifestação da língua na comunicação viva” (Kristeva, 1969). O termo discurso:

[...] opõe-se ao termo *língua*, que recobre doravante a linguagem enquanto conjunto de signos formais, estratificado em escalões sucessivos, que formam sistemas e estruturas. O *discurso* implica primeiro a participação do

sujeito na sua linguagem através da *fala do indivíduo*. Utilizando a estrutura anônima da língua, o sujeito forma-se no discurso que comunica ao outro. No discurso, a língua comum a todos torna-se o veículo de uma mensagem *única*, própria da estrutura particular de um determinado sujeito que imprime sobre a estrutura obrigatória da língua uma marca específica, em que se marca o sujeito sem que por tal ele tenha consciência disso (Kristeva, 1969, p. 22).

A fala, nesse caso, é a realização individual daquilo que a língua permite produzir, sendo uma das preocupações dos estudos do discurso identificar o que é que possibilita passar da língua para a fala; o que permite que a pessoa falante imprima uma marca específica sobre a língua e formule, a partir dela, uma mensagem única? A instância que proporciona esse trânsito é a enunciação, composta por três categorias principais: a pessoa, o espaço e o tempo, ou, em outros termos, o “eu”, o “aqui” e o “agora” (Fiorin, 2012, p. 49-50). Na enunciação, “alguém, num espaço e num tempo criados pela linguagem, toma a palavra e, ao fazê-lo, institui-se como ‘eu’, e dirige-se a outrem, que é instaurado como um ‘tu’. Isso é o conteúdo da enunciação” (p. 50).

Agora, vamos observar como essas categorias constituintes da enunciação refratam o ato discursivo. Em “Discurso, enunciado, texto”, capítulo de seu livro *Análise de textos de comunicação* (2004), Dominique Maingueneau expõe as principais características do discurso.

A prática discursiva é: 1) submetida a regras, sejam elas relacionadas à organização de um grupo social determinado, a uma narrativa, a um diálogo etc.; 2) orientada, concebida de maneira linear no tempo, a partir da perspectiva assumida por quem fala, com o objetivo de chegar a algum lugar; 3) uma forma de ação, sendo toda enunciação um ato que visa modificar uma situação; 4) interativa, já que a atividade verbal necessita da “inter-atividade” entre duas pessoas; 5) contextualizada, podendo o mesmo enunciado se tornar outro quando deslocado de contexto; 6) assumida por alguém, pois o discurso só é discurso quando remete às referências pessoais, temporais e espaciais de um “eu”; e 7) regida por normas, porque nenhuma enunciação ocorre sem justificar o seu direito de apresentar-se da forma como se apresenta, inscrevendo-se na vasta instituição da fala (p. 52-55).

Todos esses aspectos estão particularmente relacionados à pessoa que fala, ao espaço em que a interlocução se dá e ao tempo em que se discursa. Além disso, o discurso só adquire sentido em um universo de outros discursos, fazendo necessário relacionar um enunciado a outros para que ele possa ser plenamente interpretado.

Admitindo que o discurso é interativo, consideramos que cada integrante da interação está coenunciando, ou seja, que cada uma das pessoas envolvidas na interlocução é uma coenunciadora, pois quando, ao contrário, usamos termos como “destinatária” ou “receptora”, “a impressão é a de que a enunciação caminha em sentido único, que ela é apenas a expressão do pensamento de um locutor que se dirige a um destinatário passivo” (p. 54). Em um discurso, portanto, todas as pessoas participantes estão enunciando em conjunto.

Também é imprescindível, ao entender que o enunciado se transforma com o contexto, considerar o “mídia” em que esse discurso acontece, dimensão que foi, por muito tempo, deixada em segundo plano:

Vimos que é necessário reservar um lugar importante ao modo de *manifestação material* dos discursos, ao seu *suporte*, bem como ao seu modo de difusão: enunciados orais, no papel, radiofônicos, na tela do computador etc. [...] Hoje, estamos cada vez mais conscientes de que o mídia não é um simples “meio” de transmissão do discurso, mas que ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer (Maingueneau, 2004, p. 71).

A maneira como uma enunciação é transportada e recebida “condiciona a própria constituição do texto, modela o gênero do discurso” (p. 72). Um deslocamento “midiológico” pode propiciar a manifestação de mutações sociais, como Maingueneau explica:

Quando casais em dificuldade discutem em um *talk-show* na televisão, em vez de se expressarem no consultório de um psicólogo, não se trata apenas de uma simples troca de lugares e de canal; toda uma transformação da sociedade aí se encontra implicada. Uma sociedade, repetimos, não se distingue das formas de comunicação que ela torna possíveis e que a tornam possível (Maingueneau, 2004, p. 72).

Ao afirmar, com o autor, que uma sociedade não se distingue das formas de comunicação que a possibilitam existir e que ela permite que existam, retornamos à afirmação de Kristeva (1969) de que a linguagem organiza as próprias normas que prescrevem a vida em sociedade. Considerar a linguagem um objeto específico de conhecimento “implica que ela deixe de ser um exercício que se ignora a si próprio para se pôr a ‘falar as suas próprias leis’. [...] Este retorno paradoxal descola o sujeito falante (o homem) daquilo que o constitui (a linguagem), e obriga-o a *dizer o modo como diz*” (p. 14). Podemos, então, concluir com ela que:

Estudar a linguagem, captar a multiplicidade dos seus aspectos e funções, é construir uma ciência e uma teoria estratificadas cujos diferentes ramos abrangem os diferentes aspectos da linguagem, para poderem, num tempo de síntese, fornecer um saber sempre mais preciso do funcionamento significante do homem. Portanto é necessário conhecer tanto a linguagem

vocal como a escrita, tanto a língua como o discurso, a sistemática interna dos enunciados e a sua relação com os sujeitos da comunicação, a lógica das mudanças históricas e a ligação entre o nível linguístico e o real. Aproximamo-nos assim das leis específicas do trabalho simbólico (Kristeva, 1969, p. 23).

1.3. DISCURSO E IDEOLOGIA

Dessa forma, compreendemos até aqui: em primeiro lugar, que uma pessoa falante, em um tempo e um espaço específicos, mobiliza os códigos da língua para produzir e transmitir um enunciado particular, “uma mensagem única”, que será difundida por meio de um dado mídium e entrará em interlocução com outros indivíduos co-enunciadores; e, em segundo lugar, que os aspectos do processo descrito não podem ser tomados e interpretados por completo sem que se considere o conjunto das formas de comunicação que a sociedade em questão torna possíveis, as quais, em retorno, também tornam possível a organização dessa sociedade. Por meio da prática discursiva, os componentes da ordem social tomam relevo e podem ser identificados.

Concordando com a proposição de Kristeva (1969) de que as épocas após o Renascimento centralizam a questão da linguagem e permitem que se interprete o ser humano não mais como uma construção indecomponível, mas um sistema falante, cujo ponto da consciência onde se instalaram as ideologias é acessível e analisável (p. 14), concluímos que o aparato ideológico que ordena uma sociedade está presente na fala e se transmite pelo discurso. Por isso, se levarmos em conta que uma coenunciação conecta duas pessoas falantes em uma interatividade consciente e ativa, a preocupação com o conteúdo ideológico que permitimos transitar durante a interlocução não pode ser deixada de lado.

Em *Linguagem e persuasão* (2002), Adilson Citelli explica ser impensável separar os estudos das ideologias do estudo dos signos. Para ele, a dependência entre essas duas categorias do conhecimento é tamanha “que nos levaria a crer que só é possível o estudo dos valores e ideias contidos nos discursos atentando para a natureza dos signos que os constroem”, pois “o modo de dispor o signo, a escolha de um ou outro recurso linguístico, revelaria múltiplos comprometimentos de cunho ideológico” (p. 26). O autor nos diz que tudo o que existe de ideológico “possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo”, ou seja, “tudo o que é ideológico é um signo” (p. 26-27).

Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, texto de Valentin Volóchinov, atribuído, no passado, a Mikhail Bakhtin, entendemos que o signo não é meramente um recorte do real: por ser capaz de refletir e refratar a realidade, os signos podem “distorcê-la, ser-lhe fiel,

percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante” (p. 93), de modo que “onde há signo há também ideologia”. Nesse sentido, a palavra, para ele:

não é apenas o mais representativo e puro dos signos, mas também um *signo neutro*. Todos os demais materiais sígnicos são especializados em campos particulares da criação ideológica. Cada campo possui seu próprio material ideológico e forma seus próprios signos e símbolos específicos que não podem ser aplicados a outros campos. Nesse caso, o signo é criado por uma função ideológica específica e é inseparável dela. Já a palavra é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Ela pode assumir *qualquer* função ideológica: científica, estética, moral, religiosa (Volóchinov, 2018, p. 99).

Essa é a característica principal que a torna um “*fenômeno ideológico par excellence*”, pois ela existe integralmente para ser signo, apresentando-se como “o *medium* mais apurado e sensível da comunicação social” (p. 98), e, consequentemente, da ideologia também. Em acréscimo a essas observações, Adilson Citelli oferece a seguinte síntese a respeito do assunto:

Se as palavras, por exemplo, nascem neutras, mais ou menos como estão em estado de dicionário, ao se contextualizar, passam a expandir valores, conceitos, pré-conceitos. Nós iremos viver e aprender em contato com outros homens, mediados pelas palavras, que irão nos informar e formar. As palavras serão por nós absorvidas, transformadas e reproduzidas, criando um circuito de formação e reformulação de nossas consciências. Não podemos imaginar, como querem certas filosofias, que a consciência seja uma abstração, uma projeção do “mundo das ideias”. Ao contrário, pode-se verificar pelo que foi dito até aqui, que a consciência se forma e se expressa concretamente, materialmente, através do universo dos signos. Pode-se, portanto, “ler” a consciência dos homens através do conjunto de signos que expressa. As palavras, no contexto, perdem sua neutralidade e passam a indicar aquilo a que chamamos propriamente de ideologias. Numa síntese: o signo forma a consciência que por seu turno se expressa ideologicamente (Citelli, 2002, p. 28).

Tomando as reflexões anteriores como verdadeiras, não existe manifestação da língua no real, quer dizer, na comunicação viva, livre das construções ideológicas que constituem a existência em sociedade: erigido pelos códigos linguísticos, o pensamento – e, simultaneamente, a linguagem – não pode se fazer expressar de maneira neutra e indiferente às ideologias. O que vai definir o conteúdo ideológico predominante em um discurso, como exposto pelo professor, são as escolhas sígnicas realizadas no momento da enunciação e a forma como esses signos serão dispostos pela pessoa falante ao longo das frases do enunciado.

Podemos, então, a partir daqui, adentrar as reflexões acerca do problema principal deste texto com uma envergadura teórica mais robusta do que quando iniciamos. Exposto o vínculo indissociável que existe entre o pensamento humano e a linguagem, a língua e os signos, bem como colocadas em perspectiva as principais características estruturantes da prática discursiva, a qual se serve de todos esses conceitos, nos cabe, agora, introduzir a questão do gênero no discurso.

Com base no que expusemos até aqui, é evidente que a significação media a nossa locomoção pelo mundo, sendo o código linguístico uma via por onde apreendemos a realidade ao nosso redor. O que é nomeado pela língua se torna fato da consciência e pode ser articulado no pensamento e na linguagem, ao passo que o que não faz parte desse universo é excluído do processo discursivo, não podendo ser comunicado em uma mensagem. Entretanto, pensemos por um momento em um signo como “homem”. Sua função mais recorrente é a de se referir a indivíduos identificados com o gênero masculino, porém, como pudemos observar até mesmo em alguns dos trechos referenciados no decorrer deste capítulo, essa palavra também é utilizada com frequência para simbolizar toda a vida humana. “O homem”, “a história do homem”, corriqueiramente querem dizer “o ser humano”, “a história humana”. De forma arbitrária, o signo representante da população masculina foi escolhido para se falar, como um sinônimo, de todas as pessoas do planeta: nesse caso, mesmo existindo em nossa consciência palavras que poderiam incluir discursivamente também as pessoas que não são homens, é necessário generalizar o ser humano dessa maneira.

Saussure (2006) afirma que uma das características do signo linguístico é a de ser arbitrário: o significado – a ideia, o conceito – não tem nenhum laço natural com o conjunto de sons constituintes da palavra que o representa – sua imagem acústica, seu significante (p. 81-82). Isso não é dizer que o significado depende da livre escolha de quem fala, já que “não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez que esteja ele estabelecido num grupo linguístico” (p. 83), mas sim que essa relação é convencional, repousando somente em um acordo que existe entre as pessoas falantes (Fiorin, 2007, p. 61).

Com isso em mente, conseguimos dizer que não existe, então, uma correspondência natural e direta entre o gênero masculino e o conceito de humanidade; apenas convencionou-se, em sociedade, a chamar “homem” à totalidade das pessoas na Terra. No entanto, como não temos a capacidade de “trocar coisa alguma em um signo” por simples ação individual, ao mesmo tempo em que usamos “homem” para dizer “humano” em uma enunciação, esse significante continua se referindo também à população masculina. Cria-se, então, uma equivalência entre ambas as ideias – os homens e a espécie humana – por meio de

um uso arbitrário da língua, que, em comum acordo entre quem co-enuncia, eleva a presença do masculino em detrimento de todas as demais expressões de identidade de gênero.

Nesse sentido, a impossibilidade de modificarmos o significado de uma palavra, como explica Saussure, é um dado essencial, pois, se é possível empregar “homem” no lugar de “humano” sem que se cause confusão ou ruído de qualquer tipo, é porque o código linguístico permite que essa palavra ocupe essa posição. Como nos explicou Maingueneau (2004), “nenhum ato de enunciação pode efetuar-se sem justificar, de uma maneira ou de outra, seu direito a apresentar-se da forma como se apresenta. Um trabalho de legitimação inseparável do exercício da palavra” (p. 55).

O emprego do signo “mulher” no mesmo contexto geraria estranhamento, e a mensagem não seria a mesma. A “história da mulher” tem a ver somente com o gênero feminino: o que diz respeito ao masculino possui caráter de geral, enquanto o restante é sempre particularizado, e isso é aceito e reiterado no imaginário coletivo por meio dos usos que fazemos da língua. Tal convenção revela uma ordem social onde predomina um ideal de superioridade masculina; uma organização baseada na dominação da sociedade pelo homem. Em *Gênero, sexualidade e educação* (2014), a professora Guacira Lopes Louro comenta a respeito da palavra “homem” como expressão desse arranjo social:

Aprendemos que, em muitas situações, a palavra supõe todas as pessoas, englobando, portanto, homens e mulheres. Examinando, contudo, esses processos de ocultamento, Dale Spender [...] acentua que, na maior parte das vezes, ao se utilizar essa expressão “genérica”, a referência é, na verdade, a uma “espécie” constituída apenas por homens (Louro, 2014, p. 71).

Na intenção de trazer esse olhar para o âmbito escolar, sua principal preocupação no decorrer da obra, a educadora nos lembra de um outro signo corriqueiramente empregado no masculino dentro das salas de aula:

É impossível esquecer que uma das primeiras e mais sólidas aprendizagens de uma menina na escola consiste em saber que, sempre que a professora disser que “os alunos que acabarem a tarefa podem ir para o recreio”, *ela* deve se sentir incluída. Mas ela está sendo, efetivamente, incluída ou escondida nessa fala? Provavelmente é impossível avaliar todas as implicações dessa aprendizagem; mas é razoável afirmar que ela é, quase sempre, muito duradoura. É muito comum que uma profissional, já adulta, refira a si própria no masculino: “eu, como pesquisador...”. Afinal, muitos comentariam, isso é “normal”. Como também será normal que um/a orador/a, ao se dirigir para uma sala repleta de mulheres, empregue o masculino plural no momento em que vislumbrar um homem na plateia (pois essa é a norma, já que aprendemos e internalizamos regras gramaticais que indicam ou exigem o masculino) (Louro, 2014, p. 70).

Há, além dos exemplos supracitados, uma multiplicidade de signos passíveis de flexão de gênero que, ao serem articulados em discurso, também fazem notar essa arbitrariedade que privilegia o gênero masculino nas construções verbais, e abordaremos outros exemplos posteriormente. Até aqui, podemos dizer que, mais importante do que notar aquilo se fala sobre as pessoas, “parece ser perceber o *não dito*, aquilo que é silenciado – os sujeitos que *não são*, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados” (p. 71).

Por agora, foi preciso uma retomada de escritos acerca da linguagem e da prática linguística para que pudéssemos delimitar melhor a problemática e prosseguir com um repertório capaz de abarcar as suas questões. Antes de continuarmos nesse caminho, faz-se necessário um levantamento das teorias dedicadas às questões de sexo, gênero e sexualidade, conceitos mais interligados do que se costuma pensar.

2. (ALGUNS) PROBLEMAS DE GÊNERO

O problema das marcas de gênero no discurso impõe-nos a necessidade de explicar do que trata a palavra “gênero” da forma como a estamos utilizando. Para dar conta dessa demanda, precisamos, em primeiro lugar, recapitular a sua origem como signo representante das construções sociais acerca do que é masculino ou feminino. Em seguida, devemos entender que fabricações são essas, como se produziram e de que maneira se manifestam e se reiteram em nossas vidas, além de explicitar a relação intrínseca que possuem com o chamado “sexo”, costumeiramente pensado enquanto uma “verdade” que precede o gênero, um fato biológico imutável e determinante de uma diversidade de características inatas – veremos que não o é. Antes de mais nada, portanto, é indispensável que nos voltemos para uma análise das movimentações feministas que introduziram o “gênero” no debate social.

2.1. GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE

Quando falamos em feminismo, nos referimos a um movimento social organizado e dirigido contra a opressão das mulheres. Por mais que sempre tenham existido ações tanto individuais quanto coletivas nesse sentido, o início dessa organização mais ampla encontra-se, geralmente, situado no Ocidente, com a denominada “primeira onda do feminismo” (Louro, 2014, p. 18-19). Na virada do século XIX, as manifestações contra a discriminação feminina ganharam muita expressividade no chamado “sufragismo”, que buscava estender o direito do voto às mulheres. Como nos conta Guacira Lopes Louro, entretanto, os interesses dessas movimentações estavam atrelados a um recorte social específico:

Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidades de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação do movimento (Louro, 2014, p. 19).

Conquistadas as reivindicações sufragistas, houve, então, um enfraquecimento das pressões políticas por parte do movimento feminista. A acomodação das partes envolvidas deixou uma série de questões intocadas, das quais se ocupariam as autoras da década de 1960, em que se inicia a chamada “segunda onda”. Mais do que dar continuidade às preocupações sociais e políticas das mulheres, esse novo estágio do feminismo trouxe contribuições propriamente teóricas. “No âmbito do debate que a partir de então se trava,

entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero. [...] Surgem os *estudos da mulher*” (p. 19-20).

A produção intelectual feminista passou a descrever os muitos aspectos das condições de vida e de trabalho das mulheres em instâncias e espaços dos mais diversos, apontando e comentando as desigualdades sociais, políticas, econômicas e jurídicas que alicerçam a opressão feminina (p. 21-22). Acima de tudo, esses estudos:

tiveram o mérito de transformar as até então esparsas referências às mulheres – as quais eram usualmente apresentadas como a exceção, a nota de rodapé, o desvio da regra masculina – em tema central. Fizeram mais, ainda: levantaram informações, construíram estatísticas, apontaram lacunas em registros oficiais, vieses nos livros escolares, deram voz àquelas que eram silenciosas e silenciadas, focalizaram áreas, temas e problemas que não habitavam o espaço acadêmico, falaram do cotidiano, da família, da sexualidade, do doméstico, dos sentimentos (Louro, 2014, p. 22-23).

Aos poucos, as descrições minuciosas da realidade das mulheres foram se tornando um terreno fértil para explicações teóricas desses cenários. As produções políticas e filosóficas desse período se chocaram com diversos aspectos do aparato ideológico patriarcal, entre eles, o argumento de que homens e mulheres seriam seres biologicamente distintos, cuja complementaridade secular decorreria de suas diferenças “naturais”. “Seja no âmbito do senso comum, seja revestido de uma linguagem ‘científica’, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual serve para compreender – e *justificar* – a desigualdade social” (p. 24-25).

Diversas intelectuais se puseram, então, a contrapor essa suposta “verdade biológica” em seus escritos, de forma a demonstrar que aquilo que se chama feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico diz respeito somente à “forma como essas características [sexuais] são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou pensa sobre elas” (p. 25), e não a leis da natureza.

Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre seus sexos. O debate vai se construir, então, por meio de uma nova linguagem, na qual *gênero* será um conceito fundamental (Louro, 2014, p. 25).

A palavra “gênero”, a partir de importantes contribuições introduzidas por feministas de língua inglesa, passa a ser usada no lugar de “sexo” como forma de rejeitar o determinismo biológico inerente tanto a esse termo quanto a expressões semelhantes – como “diferença sexual”. Essas estudiosas tiveram como principal objetivo destacar, por meio da linguagem, que não há nada de natural nas distinções sociais baseadas em características

sexuais: tudo é produzido socialmente (p. 25). Monique Wittig (2022) dirá que as feministas norte-americanas:

usam gênero como uma categoria sociológica, deixando claro que não há nada de natural nessa noção, pois os sexos foram concebidos artificialmente enquanto categorias políticas – categorias de opressão. Elas extrapolaram da gramática o termo “gênero” e tendem a sobrepor-lo à noção de sexo (Wittig, 2022, p. 116).

Se é possível afirmar, com a autora e as feministas anglo-saxãs, que as categorias sexuais são tão artificiais quanto as de gênero, sendo possível sobrepor-las e, por consequência, usá-las intercambiavelmente – como, veremos, Wittig faz em sua teoria –, chegamos à conclusão de que não há uma divisão tão estrita entre um sexo natural e um gênero cultural que apenas reflete a biologia. Ambos os conceitos teriam sido fabricados “enquanto categorias políticas – categorias de opressão”. Judith Butler (2023) nos explica:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual age a cultura*. [...] Na conjuntura atual, já está claro que colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas. Essa produção do sexo *como* pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural que designamos por gênero (Butler, 2023, p. 27-28).

O que conhecemos como “sexo biológico”, portanto, nada mais seria do que uma “natureza sexuada” produzida por intermédio das categorias de gênero. Para Butler, o sexo não precede a cultura nem tampouco o gênero, mas é construído discursivamente por esses aparatos. Aqui entendemos que, se a suposta imutabilidade do sexo pode ser colocada em xeque, “talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula” (p. 27). Dissolve-se a dualidade entre “social” e “natural”: o “sexo” é somente a envelopagem “biológica” por meio da qual o “gênero” adentra e se fixa no saber como fato científico incontestável.

A noção equivocada de uma dualidade sexual anterior a qualquer sociedade, tomada como o terreno em que se assentariam posteriormente o gênero e as distinções imutáveis

entre o masculino e o feminino – assim como a complementaridade entre ambos –, é defendida, em especial, com base em um dado empírico e visual: os chamados órgãos genitais. A ocorrência da pergunta “é menino ou menina?”, seja durante o ultrassom ou na hora do nascimento, se refere à genitália do bebê. Por trás desse questionamento, “esconde-se um sistema diferenciado que fixa a ordem empírica tornando o corpo inteligível graças à fragmentação ou à dissecação dos órgãos, a um conjunto de técnicas visuais, discursivas e cirúrgicas bem precisas que se escondem atrás do nome ‘atribuição de sexo’” (Preciado, 2022a, p. 130).

A atribuição de um sexo a um bebê, ou seja, a afirmação médica de que o seu órgão “sexual” é “masculino” ou “feminino”, para Paul Preciado, é a “primeira fragmentação do corpo” (p. 132), que ocorre:

mediante um processo que chamarei, segundo Judith Butler, de invocação performativa. Nenhum de nós escapou dessa interpelação. Antes do nascimento, graças à ultrassonografia – uma tecnologia célebre por ser descriptiva, mas que não é senão prescritiva –, ou na própria ocasião do nascimento, foi-nos atribuído um sexo feminino ou masculino. O ideal científico consiste em evitar qualquer ambiguidade fazendo coincidir, se possível, nascimento (talvez, no futuro, inclusive fecundação) e atribuição de sexo. Todos nós passamos por essa primeira mesa de operações performativa: “é menina!” ou “é menino!”. O nome próprio e seu caráter de moeda de troca tornarão efetiva a reiteração constante dessa interpelação performativa. Mas o processo não para por aí. Seus efeitos delimitam os órgãos e suas funções, sua utilização “normal” ou “perversa”. Se a interpelação é performativa, seus efeitos são prostéticos: ela fabrica o corpo (Preciado, 2022a, p. 132).

Percebemos que essa “mesa de operações performativa”, da qual não pudemos escapar, se ocupa de demarcar os órgãos, “recortá-los” e nomeá-los, tomando, em seguida, a parte pelo todo: se é um “pênis”, estamos diante de um homem; se for uma “vagina”, a criança será uma mulher. Porém, até mesmo o empirismo dessa observação que busca opor dois órgãos “sexuais” supostamente complementares se desmonta quando consideramos a diversidade com que eles podem se apresentar, exposta de maneira exemplar pelo nascimento de bebês intersexuais. Descritas pela medicina como “corpos que apresentam ‘características’ dos dois sexos ou que eventualmente poderiam apresentar uma evolução para o sexo oposto ao sexo aparente” (p. 129), as pessoas intersexuais demonstram que nem mesmo o “sexo biológico” respeita a binariedade prescrita como norma, evidenciando “a arbitrariedade das categorias (identidade e diferença, macho/fêmea) e a cumplicidade que essa categorização estabelece com a heterodesignação dos corpos” (p. 133).

A palavra “heterodesignação” é imprescindível. Quando as instâncias médicas identificam uma criança intersexual, a sua reação imediata é a de intervir de maneira invasiva para “reatribuir” um sexo àquele corpo, de modo a garantir que ele se adeque a uma das categorias da sociedade heterossexual – ou homem ou mulher, sem espaço para dúvidas:

Curiosamente, as tecnologias postas em funcionamento para a atribuição do sexo no caso das crianças intersexuais respondem à mesma lógica das que são utilizadas no caso das pessoas transexuais. Ante uma incompletude (corpos sem vagina ou sem pênis visualmente reconhecíveis) ou um excesso (corpos que combinam as características sexuais supostamente femininas e masculinas), a mesa de atribuição do sexo vai funcionar de novo, mas dessa vez como uma verdadeira mesa de operações por meio de implantes, enxertos e mutilações que podem se suceder até a adolescência (p. 133).

O autor nos diz também que a própria “função” dos órgãos “sexuais” é imposta nesse momento. Isto é, dado o caráter complementar construído entre “homens” e “mulheres”, a genitália cumpre o papel de unir ambas essas categorias em uma relação heterossexual. Assim, a atribuição de sexo e gênero constitui, implicitamente, a atribuição do nome e da funcionalidade dos órgãos, bem como de uma sexualidade compatível. Judith Butler (2023) nos indica que a “inteligibilidade” de um gênero depende da sua compatibilidade com as práticas sexuais determinadas socialmente para ele.

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem a mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. [...] A noção de que pode haver uma “verdade” do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes. A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”. A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero” (Butler, 2023, p. 43-44).

Nesse sentido, podemos dizer que as práticas sexuais também se refratam por esse processo de atribuição, que tem como um de seus objetivos principais, senão último, a “heterossexualização do desejo”, pautada na “produção de oposições discriminadas e assimétricas” entre masculino e feminino. Se é possível, como fez Michel Foucault, escrever uma história da sexualidade, é justamente por “compreendê-la como uma ‘invenção social’, ou seja, por entender que ela se constitui a partir de múltiplos discursos sobre sexo: discursos que regulam, que normalizam, que instauram saberes, que produzem ‘verdades’” (Louro, 2014, p. 30). A educadora completa esse raciocínio dizendo:

O que importa aqui considerar é que – tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre *construídas*, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento – seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade – que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (Louro, 2014, p. 31).

A produção de uma suposta “verdade” do sexo requer que “certos tipos de identidade não possam existir”, seja porque a sua genitália não se adequa, a exemplo das pessoas intersexuais e transexuais, seja porque a sua sexualidade não se baseia na “diferença sexual”, como é o caso de todas as pessoas não hétero. Se não há uma “coerência” entre sexo, gênero e práticas sexuais, a identidade em questão está fora dos limites da heterossexualidade e precisa ser corrigida ou deixar de existir.

Para Paul Preciado (2022a), as sexualidades “são como as línguas: sistemas complexos de comunicação e reprodução da vida, construtos históricos com genealogias e inscrições bioculturais em comum. E, tal como as línguas, podem ser aprendidas” (p. 17). Precisamente por esse caráter de invenção passível de aprendizado e transformação é que as identidades sexuais, juntamente com as identidades de gênero, são alvo de constante vigilância e sanção pelo aparato ideológico da nossa sociedade heteropatriarcal. Que interesses estão envolvidos na manutenção dessa norma? Em um outro momento, o autor afirma:

Permitam-me dizer que a homossexualidade e a heterossexualidade não existem fora de uma taxonomia binária e hierárquica que busca preservar a dominação do páter-famílias sobre a reprodução da vida. A homossexualidade e a heterossexualidade, a intersexualidade e a transexualidade não existem fora de uma epistemologia colonial e capitalista, que privilegia as práticas sexuais reprodutivas como uma estratégia de gestão da população, da reprodução da força de trabalho, mas também da reprodução da população consumidora (Preciado, 2020, p. 27-28).

Aqui temos informações muito importantes. As identidades sexuais e de gênero precisam passar pelo escrutínio dos aparatos heterossexuais de diferenciação e produção de desejo para que se privilegiem “as práticas sexuais reprodutivas”. Pela primeira vez, estamos falando de “gestão da população”. Percebemos, dessa maneira, que o fim último de todos esses processos de “heterossexualização” é o controle da reprodução, ou melhor, do trabalho reprodutivo compulsoriamente atribuído às mulheres.

Nessa direção, Monique Wittig (2022) descreve a heterossexualidade “não como instituição, mas como regime político apoiado na submissão e na apropriação de mulheres” (p. 25). Para ela, as diferenças sociais construídas entre masculino e feminino são de ordem econômica, política e ideológica, e as categorias “homem” e “mulher” existem somente do ponto de vista das relações que estabelecem – de forma obrigatória – em sociedade. São produtos desse regime, classes sociais antagônicas criadas por ele. A partir daqui, quando falarmos em “homens” e “mulheres”, estaremos utilizando essa definição de classe, por acreditarmos ser mais importante salientar as dimensões político-econômicas da divisão “sexual” do que sustentar uma suposta separação natural, “pré-discursiva” e incontornável.

Em uma de suas frases mais célebres, “lésbicas não são mulheres” (p. 67), Wittig oferece uma síntese desse pensamento relacional, pois o que se entende enquanto “mulher” existiria apenas em oposição ao que se convencionou como “homem”, no cerne de uma relação heterossexual compulsória e desigual. Dessa maneira, a homossexualidade representaria a fuga dessas classes e a constituição de um novo local de enunciação, fora da diferença sexual. Ela dirá que o sexo “é a categoria política que funda a sociedade enquanto heterossexual” (p. 36), produto de uma ordem social “que impõe à mulher a obrigação rígida da reprodução da ‘espécie’, ou seja, a reprodução da sociedade heterossexual” (p. 37).

Pois não existe sexo. Existe apenas sexo que é oprimido e sexo que oprime. É a opressão que cria o sexo, e não o contrário. O contrário seria dizer que o sexo cria a opressão, ou dizer que se pode encontrar a causa (origem) da opressão no sexo em si, em uma divisão natural dos sexos preexistentes à (ou fora da) sociedade (Wittig, 2022, p. 33).

Esse posicionamento vai ao encontro do que lemos com Judith Butler: o sexo “sempre foi gênero”, uma fabricação generificada reinscrita sucessivamente no corpo social por meio do gênero. Traçando um histórico do “regime da diferença sexual”, Paul Preciado (2022b) dirá que se essa suposta “divisão natural dos sexos” se trata de uma “epistemologia do ser vivo, uma cartografia anatômica, uma economia política do corpo e uma gestão coletiva das energias reprodutivas” (p. 49). De acordo com ele, essa epistemologia funciona como um “sistema histórico de representações”, “um conjunto de discursos, instituições, convenções, práticas e acordos culturais (sejam eles simbólicos, religiosos, científicos, técnicos, comerciais ou comunicativos) que permitem a uma sociedade decidir o que é verdadeiro e distingui-lo do que é falso” (p. 49-50).

Na busca de evidenciar como esse sistema representativo se transforma e molda o pensamento social, o autor nos conta que, antes do século XIX, a mulher não existia “nem

anatômica nem politicamente”. “Antes do século XVIII, uma vagina era um pênis invertido, o clitóris e as trompas de Falópio não existiam e os ovários eram testículos interiorizados. A ginecologia era apenas obstetrícia. Não havia mulheres. Havia mães em potencial” (p. 53). A passagem dessa perspectiva “monosexual”, em que a mulher representa um inverso anatômico do homem, para o regime da diferença sexual, “que opõe a anatomia do pênis à da vagina, os ovários aos testículos, a produção de esperma e a reprodução uterina, os cromossomos x e y, mas também o trabalho produtivo masculino e a domesticidade reprodutiva feminina” (p. 54), não obedeceu a nenhuma ordem natural, mas foi motivada pelo interesse patriarcal de preservar o governo sobre as mulheres:

Apesar das suas diferenças de metodologia e análise, a maioria dos historiadores concordam que, ao final do século XVIII, a invenção da estética anatômica da diferença sexual serviu para sustentar a ontologia política do patriarcado, estabelecendo as diferenças “naturais” entre homens e mulheres, em uma época em que a universalização de um só corpo humano vivo poderia ter vindo a legitimar o acesso das mulheres às tecnologias de governo e à vida política (Preciado, 2022b, p. 55).

Essa nova epistemologia, que opera nas sociedades até os dias de hoje e que aceita apenas duas possibilidades de corpo humano vivo, “se forja junto com a taxonomia racial no período de expansão mercantil e colonial europeia e se cristaliza na segunda metade do século XIX” (p. 49). Por qual motivo a sua cristalização ocorreu durante esse período? No intuito de apreendermos por completo o surgimento do conjunto de discursos, instituições, práticas e acordos sociais que impõem a heterossexualidade reprodutiva como destino último das construções de sexo, gênero e sexualidade, é preciso, mesmo que de maneira breve, remontar ao momento histórico em que se constituíram essas estruturas.

2.2. A ORIGEM DA FAMÍLIA E DA DIFERENÇA SEXUAL

Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1984), Friedrich Engels escreve uma história das relações familiares ao longo dos diferentes níveis de acumulação de riquezas. O teórico identifica o início das relações desiguais entre homens e mulheres no domínio da fundição, que permitiu aos homens maximizar o proveito da produção agrícola com os seus arados férreos. A partir daí, houve um acúmulo de capital nas mãos de um chefe de família, preocupado agora com a expansão de suas terras e a transmissão das suas riquezas às linhagens posteriores. Definiu-se, então, que o filho mais velho herdaria a propriedade privada de seu pai, reorganizando a estrutura familiar a partir da linhagem paterna. A união conjugal se tornou uma relação mediada pelo interesse econômico,

um contrato que exige das mulheres fidelidade incondicional aos homens, para quem elas devem produzir herdeiros legítimos (p. 51-56). Para Engels, essa é “*a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução” (p. 61).

Assim, conseguimos notar que a subjugação de um sexo pelo outro se deu em consonância com o desenvolvimento do embrião da sociedade capitalista, ou melhor, que foi motivada por esse desenvolvimento. Essa nova organização familiar, baseada no acúmulo de riquezas e na imposição do trabalho reprodutivo às mulheres, alcançou novos patamares de exploração durante a expansão colonial mercantilista. Como nos conta a filósofa Silvia Federici (2017), há, nesse período, “um desejo quase fanático por aumentar a população”, ao mesmo tempo em que as pessoas eram tomadas como “recursos naturais” que trabalhavam e criavam para o Estado (p. 173).

Aprovaram-se leis que bonificavam o casamento e penalizavam o celibato, inspiradas nas que foram adotadas no final do Império Romano com o mesmo propósito. Foi dada uma nova importância à família quanto instituição-chave que assegurava a transmissão da propriedade e a reprodução da força de trabalho. Simultaneamente, observa-se o início do registro demográfico e da intervenção do Estado na supervisão da sexualidade, da procriação e da vida familiar (Engels, 1984, p. 173-174).

A introdução de medidas estatais de vigilância e correção deu início a uma verdadeira “guerra” contra a autonomia das mulheres sobre seus corpos, impondo penas mais severas à contracepção, ao aborto e ao infanticídio. Essa batalha foi “travada principalmente por meio da caça às bruxas, que literalmente demonizou qualquer forma de controle de natalidade e de sexualidade não procriativa, ao mesmo tempo que acusava as mulheres de sacrificar crianças para o demônio” (p. 174). Como forma de relegá-las inteiramente ao trabalho reprodutivo forçado – à produção de filhos e filhas para o Estado pré-capitalista –, foi necessário reduzir as mulheres ao status de “não trabalhadoras”, difundindo a ideia de que não deviam exercer qualquer função fora de casa. O trabalho doméstico não era reconhecido como tal, e, mesmo quando uma mulher produzia algo em casa para o mercado, dizia-se que aquilo não possuía valor.

Rapidamente, todo o trabalho feminino, quando realizado em casa, seria definido como “tarefa doméstica”, e até mesmo quando feito fora de casa era pago a um valor menor do que o trabalho masculino – nunca o suficiente para que as mulheres pudessem sobreviver dele. O casamento era visto como a verdadeira carreira para uma mulher, e a incapacidade das mulheres de sobreviverem sozinhas era algo dado como tão certo que, quando uma

mulher solteira tentava se assentar em um vilarejo, era expulsa, mesmo se ganhasse um salário (Federici, 2017, p. 184).

Assim, na nova organização do trabalho, tanto as mulheres quanto o trabalho que desempenhavam tornaram-se bens comuns, “recursos naturais”, colocando em movimento uma apropriação masculina sobre a produção e a reprodução femininas (p. 191). Nesse contexto, em que o casamento era a única carreira possível, a família operou como o principal “instrumento para a privatização das relações sociais e, sobretudo, para a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal” (p. 193), funcionando enquanto principal centro para a reprodução da força de trabalho.

Como forma de justificar o ocultamento e a tomada do trabalho feminino por parte da sociedade heteropatriarcal, precisou ocorrer, paralelamente, um amplo processo de degradação social das mulheres, levada a cabo por um esforço conjunto das instâncias formadoras do pensamento coletivo, da legislação à literatura: era necessário construir, ideologicamente, a inferioridade feminina (p. 199-202). Em um contexto de caça às bruxas, em que se orquestravam ataques a todo um universo de práticas, relações e sistemas de conhecimento coletivos que haviam sido a base da sua resistência durante o feudalismo (p. 203-205), construiu-se um amplo debate acerca das virtudes e dos vícios “naturais às mulheres”. Os escritos da época destacavam não somente a sua inferioridade em relação aos homens, mas também o seu caráter de ser luxurioso, demoníaco, demasiadamente emocional e difícil de controlar, precisando estar sob o domínio masculino e ser submetido a punições das mais atrozes (p. 200-203).

À derrota das bruxas – o que, do ponto de vista de Silva Federici, foi um momento social, econômico, cultural e politicamente equivalente à “derrota histórica” de que fala Friedrich Engels –, se seguiu um novo modelo de feminilidade, “a mulher e esposa ideal – passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas” (p. 205).

Esta mudança começou no final do século XVII, depois de as mulheres terem sido submetidas a mais de dois séculos de terrorismo de Estado. Uma vez que foram derrotadas, a imagem da feminilidade construída na “transição” [para o capitalismo] foi descartada como uma ferramenta desnecessária, e uma nova, domesticada, ocupou seu lugar. Embora na época da caça às bruxas as mulheres tenham sido retratadas como seres selvagens, mentalmente débeis, de desejos insaciáveis, rebeldes, insubordinadas, incapazes de autocontrole, no século XVIII o cânone foi revertido. Agora, as mulheres eram retratadas como seres passivos, assexuados, mais obedientes e morais que os homens, capazes de exercer uma influência positiva sobre eles (Federici, 2017, p. 205).

O que a autora nos demonstra é que, alcançados os objetivos da transição capitalista – impor às mulheres o trabalho não remunerado, ocultado e apropriado pelos homens como seu destino único, bem como derrotar as suas práticas e os seus sistemas de resistência que ainda perduravam –, não havia mais a necessidade de sustentar a construção ideológica da mulher-demônio. Era imperativo, nesse momento, reformular o significado de “mulher”, de modo a fabricar o ideal da mulher-esposa.

A partir desse ponto, as distinções biológicas foram instrumentalizadas com ainda mais intensidade do que anteriormente, servindo como explicações e justificativas para todas as desigualdades: “teorias foram construídas e utilizadas para ‘provar’ distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades sociais, talentos ou aptidões; para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos ‘próprios’ de cada gênero” (Louro, 2014, p. 49). As diferenças “naturais” entre homens e mulheres fixaram-se nos campos da ciência, tornaram-se constituintes do conhecimento, estruturaram-se em áreas do saber. Esse é o momento em que se solidifica a “epistemologia da diferença sexual” dentro do sistema capitalista heterocolonial, como nos contou Preciado (2022b).

Sobre esta base, foi possível impor uma nova divisão sexual do trabalho, que diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora. Deste modo, assim como a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual foi, sobretudo, uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo que um imenso impulso à acumulação capitalista (Federici, 2017, p. 232).

A cristalização das contradições entre homens e mulheres ofusca a percepção de todo esse processo que acabamos de acompanhar, que, além de garantir ao capitalismo a ampliação da parte não remunerada do dia de labor e a acumulação do trabalho – reprodutivo, produtivo e doméstico – feminino por meio do salário masculino, busca mascarar, disfarçar as etapas dessa subjugação, cobrí-las com “teorias” e “descobertas científicas” na intenção de produzir um sempre-foi-assim ideológico e de dificultar a apreensão das estruturas envolvidas na construção dos gêneros – e, paralelamente, de seus lugares e destinos sociais “imutáveis”. Refazer os passos que nos trouxeram até aqui, portanto, serve ao propósito de desnaturalizar as categorias “sexo”, “gênero”, “sexualidade”, “homem” e “mulher”, descentralizando a biologia e deslocando para o núcleo do debate os diversos atores e instituições sociais que historicamente colaboraram a serviço dos interesses patriarcais.

2.3. DISCURSO E GÊNERO

Em meio às múltiplas convenções sociais que edificaram e que até hoje asseguram a manutenção da epistemologia da diferença sexual, cabe a nós destacar, neste trabalho, a forma como operam a língua e a linguagem, e Monique Wittig (2022) escreve a esse respeito. Para ela, “a linguagem está ligada a um importante campo político em que o que está em jogo é o poder, ou, mais do que isso, uma rede de poderes, já que há uma multiplicidade de linguagens que atua constantemente sobre a realidade social” (p. 55). Isso ocorre porque – como pudemos atestar no primeiro capítulo –, embora tomada como abstrata, a linguagem age sobre o real, projetando “feixes da realidade sobre o corpo social, marcando-o e moldando-o violentamente” (p. 81).

Quando pusemos em questão a maneira como o emprego das marcas de gênero na língua generaliza o masculino e particulariza o feminino e as demais possibilidades de identidade, falamos do signo “homem” e de outras manifestações desse masculino geral e supostamente genérico, como a palavra “alunos”. Wittig expõe a particularização do feminino por meio de uma outra expressão muito comum no meio literário, a “escrita feminina”:

Para começar, é preciso dizer que a “escrita feminina” não existe, e é um erro usar e popularizar essa expressão. [...] “Escrita feminina” é a metáfora da naturalização do fato político que é a dominação das mulheres, e, dessa forma, ela infla o aparato sob o qual a “feminilidade” se apresenta: isto é, Diferença, Especificidade, Corpo Feminino/Natureza. Por meio de sua posição adjacente, a “escrita” é capturada pela metáfora em “escrita feminina” e, como resultado, deixa de ser vista como trabalho e processo de produção, já que as palavras “escrita” e “feminina” são associadas de forma a designar um tipo de produção biológica peculiar à “Mulher”, uma secreção natural à “Mulher” (Wittig, 2022, p. 97-98).

A “escrita feminina” se diferenciaria por ser um produto da feminilidade, decorrente dos “vícios e virtudes” específicos da “fêmea”, “uma secreção natural” indissociável dos ideias de docilidade, calma e obediência impostos ao gênero-esposa. Da mesma maneira que o trabalho exigido das mulheres pela estrutura familiar é ocultado e chamado de “não trabalho”, a escrita elaborada por autoras mulheres seria, por sua vez, também considerada uma atividade feminina improdutiva, entendida como fruto das particularidades inerentes a “ser mulher”. “A escrita feminina é como as artes domésticas e a culinária” (p. 98). Quando produzida por autores homens, ela não é chamada de “escrita masculina”, pois não se refere de maneira particular aos ideais de “ser homem”, mas tem relação, de modo geral, com toda a espécie humana, “uma ‘espécie’ constituída apenas por homens” (Louro, 2014, p. 71). Essa lógica pode ser transportada para outras instâncias.

Em seu discurso durante a Jornada Internacional da Escola da Causa Freudiana de Paris, evento em que foi convidado para falar a respeito de “Mulheres na psicanálise”, Paul Preciado (2022b) questiona a escolha desse tema:

As senhoras e os senhores organizaram um encontro para falar das “mulheres na psicanálise” em 2019 como se estivéssemos ainda em 1917, como se esse tipo particular de animal que chamam de “mulheres”, de forma condescendente e naturalizada, ainda não tivesse adquirido pleno reconhecimento como sujeito político, como se as mulheres fossem apêndices ou notas de rodapé, criaturas estranhas e exóticas sobre as quais é imperativo refletir de tempos em tempos, em colóquios ou mesas-redondas. Seria preciso antes organizar um encontro sobre “homens brancos heterossexuais e burgueses na psicanálise”, porque a maior parte dos textos e práticas psicanalíticas giram em torno do poder discursivo e político desse tipo de animal: um animal necropolítico que vocês tendem a confundir com o “humano universal [...]” (Preciado, 2022b, p. 14-15).

Em nossas elaborações discursivas cotidianas, não é incomum reproduzirmos essa especificação, deixando claro em nossas frases o que “é feminino” e “diz respeito às mulheres”. O que Wittig e Preciado nos demonstram, entretanto, é que esses usos da língua não são neutros, mas objetivam a redução das mulheres a “apêndices ou notas de rodapé, criaturas estranhas e exóticas”, cujos processos de produção vêm sempre carregados de uma “feminilidade” ímpar, manchados pelo gênero, em oposição aos ofícios elaborados pelos homens, que não são particularizados em nossas escolhas lexicais e tomam o caráter de atividades gerais, cujo ator é um “humano universal” masculino. Guacira Lopes Louro (2014) considera imprescindível um olhar atento para as ações cotidianas, pois são as práticas rotineiras e comuns e os gestos considerados banais “que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como ‘natural’” (p. 67). Para a educadora:

Dentre os múltiplos espaços e as muitas instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente – tanto porque ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela nos parece, quase sempre, muito “natural”. [...] No entanto, a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças (Louro, 2014, p. 69).

Retornando ao pensamento de Monique Wittig (2022), lemos que o gênero indexa linguisticamente a oposição política entre homens e mulheres, funcionando enquanto a manifestação da diferença sexual na língua. “Gênero é usado aqui no singular porque, de fato, não existem dois gêneros, mas somente um: o feminino, pois o masculino não é gênero. O masculino não é masculino, mas o geral. O que existe são o geral e o feminino, ou melhor, o

geral e a marca do feminino” (p. 98). Ao permitir a marcação de gênero, a língua dá vazão aos conceitos de masculino e feminino, impondo à linguagem uma divisão dos seres de acordo com os sexos (p. 115).

É interessante notar que, embora possuam uma origem etimológica semelhante – ambas as palavras advindas da raiz indo-europeia *gen*, (gerar, engendrar, fazer nascer etc.) –, “gênero” – do Latim *genus* (seres que têm a origem em comum; tipo; espécie; raça; grupo etc.) (Faria, 1962, p. 426) – toma um caráter de particularidade, de diferença, associado aqui com o feminino, enquanto “geral” – de *generalis* (relativo a um gênero ou a uma espécie) (p. 425) – assume uma implicação de genérico universal, identificado enquanto masculino. Daí por que só existe o geral e a marca do feminino.

Continuando a sua reflexão, a autora detalha as características da manifestação do gênero no discurso:

O gênero ocorre em uma categoria da linguagem que é totalmente diferente de qualquer outra, chamada de pronome pessoal. Os pronomes pessoais são as únicas instâncias linguísticas que designam os locutores no discurso e suas diferentes e sucessivas situações em relação àquele discurso. Como tais, eles também são os caminhos e os meios de entrada da linguagem. E eles nos interessam justamente por representarem pessoas. Sem nenhum tipo de justificativa e sem questionamento, os pronomes pessoais engendram de alguma maneira o gênero por toda a linguagem, carregando-o com eles de forma bastante natural, por assim dizer, em qualquer tipo de fala, debate ou tratado filosófico. E, embora sejam essenciais para a ativação da ideia de gênero, eles passam despercebidos (Wittig, 2022, p. 118).

A naturalidade com que se reveste socialmente a língua não nos permite notar os pronomes pessoais “engendrando” e “carregando” o gênero por toda a comunicação, de modo que nos passam totalmente despercebidos. Inicialmente, seria possível contestar essa informação, demonstrando que os pronomes somente marcam a oposição de gênero na terceira pessoa. “Mas, na realidade, tão logo haja um locutor no discurso, tão logo haja um ‘eu’, o gênero se manifesta” (p. 118). E, como sabemos, sempre há um “eu” em uma interação discursiva. Portanto, se o gênero masculino representa a forma abstrata, geral e universal, enquanto o feminino se ocupa do concreto – “o sexo na linguagem” (p. 99) –, do particular e do específico, qualquer interlocução se servirá dessa conjuntura, e, como consequência, irá reiterar a divisão assimétrica entre homens e mulheres sobre a qual se constroem as desigualdades.

Wittig nos lembra, entretanto, “que os homens não nascem com o universal e que as mulheres não são reduzidas ao particular no nascimento. O universal foi, e continuamente é, em todo momento, apropriado pelos homens” (p. 119). Podemos, ao experimentar com as

possibilidades da língua, driblar tais diretrizes. A filósofa vai demonstrar isso analisando a obra da escritora norte-americana Djuna Barnes, destacando que ela “faz a experiência (bem-sucedida) de universalizar o feminino (assim como Proust, ela não diferencia o modo como descreve personagens femininos e masculinos). [...] Djuna Barnes neutraliza os gêneros ao torná-los obsoletos” (p. 99). A autora se refere ao âmbito da literatura, mas não é impossível, também em outros contextos discursivos, empregar escolhas lexicais que tornem a função segregadora do gênero obsoleta.

O apanhado teórico que realizamos neste capítulo cumpre os seguintes objetivos: revelar alguns dos aparatos constituintes das categorias sexuais e de gênero; destacar os interesses patriarcais por trás do controle ideológico dessas categorias; e aprofundar as reflexões acerca da língua como um dos muitos elementos articulados na manutenção dessa ideologia, cuja função é a de garantir um alinhamento heterossexual entre “características sexuais”, gênero e sexualidade. Quando fazemos um uso da língua que privilegia o masculino em detrimento de uma pluralidade de identidades, agimos, mesmo que inconscientemente, com cumplicidade frente às construções analisadas até aqui.

É interessante, então, pensar possíveis utilizações do código linguístico que não permitam a continuidade desse processo discriminatório de apagamento, principalmente no âmbito do discurso publicitário, presente em tantos mídia e em interlocução direta com uma infinidade de públicos.

Agora, são essas possibilidades que procuraremos investigar, descrevendo o fazer discursivo da publicidade e buscando práticas que possam anular o caráter divisório do gênero na língua.

3. E A PUBLICIDADE, ONDE ENTRA?

Nas páginas iniciais do seu *Manifesto contrassexual*, Paul Preciado (2022a) se dedica a definir do que se trata a contrassexualidade, base de todo o pensamento da obra. Nesse exercício, ele explica que “o sistema sexo/gênero é um sistema de bioescritura” (p. 37). Gênero e sexualidade, ao contrário de surgirem no nascimento, como se prefere acreditar no meio médico, são construtos que precisam se inscrever no corpo humano e nele se reinstruir através de repetições e recitações constantes de códigos compreendidos enquanto naturalmente masculinos ou femininos. Isso se dá, de acordo com o filósofo, porque o corpo “é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros são omitidos e outros ainda são sistematicamente eliminados ou riscados” (p. 37-38). Em seguida, ele nos propõe a seguinte reflexão:

Quando a contrassexualidade fala do sistema sexo/gênero como um sistema de bioescritura, ou dos corpos como biotextos, não propõe, com isso, intervenções políticas abstratas que se reduziriam a variações de linguagem. Aqueles que de sua torre de marfim literária reclamam aos berros da utilização da barra nos pronomes pessoais, ou pregam a erradicação das marcas de gênero nos substantivos e adjetivos, reduzem a textualidade e a escritura a seus resíduos linguísticos, esquecendo as tecnologias de bioinscrição que as tornaram possíveis. A questão não reside em privilegiar uma marca (feminina ou neutra) para levar a cabo uma discriminação positiva, nem em inventar um novo pronome capaz de escapar da dominação masculina e designar uma posição de enunciação inocente, uma origem nova e pura para a razão, um ponto de partida do qual poderia surgir uma voz política imaculada. [...] Não se trata de substituir certos termos por outros. Não se trata nem mesmo de se desfazer das marcas de gênero ou das referências à heterossexualidade, mas de modificar as posições de enunciação (Preciado, 2022a, p. 38).

A exemplo dessa inversão das posições de enunciação hegemônicas, o autor destaca o que Judith Butler chama de “performatividade queer”, por meio da qual lésbicas, gays e travestis empregam insultos homofóbicos e transfóbicos fora do seu contexto habitual, virando no avesso a utilização normativa da linguagem e tomando para si a força política desses atos de fala discriminatórios. Dentro das comunidades em que a performatividade queer se articula, por exemplo:

sapatão deixa de ser um insulto pronunciado pelos sujeitos heterossexuais para marcar as lésbicas como “abjetas” e se transforma em uma autodeterminação contestadora e produtiva de um grupo de “corpos abjetos” que, pela primeira vez, tomam a palavra e reclamam sua própria identidade (Preciado, 2022a, p. 39).

No capítulo anterior, tivemos contato com um outro exemplo potente de uso político da linguagem na intenção de “sacudir as tecnologias de bioescrita do sexo e do gênero” (p. 38): a afirmação de Monique Wittig de que as lésbicas *não são* mulheres. A mesma autora também teria dito, de acordo com relatos advindos de conferências em que participava, que “as lésbicas não têm vagina” (p. 137). Podemos dizer que a segunda frase vem imbuída de uma força subversiva ainda maior, pois, tendo em mente o que lemos sobre a coerência exigida entre sexo, gênero e sexualidade em nossas sociedades heteronormativas, essa declaração sugere que “a transformação radical das atividades sexuais de um corpo implica de algum modo a mutação dos órgãos e a produção de uma nova ordem anatômico-política”.

O que Wittig estabelece por meio dos dois atos de enunciação destacados é uma nova cartografia do corpo, em que as fronteiras anatômicas estipuladas pela heterossexualidade se dissolvem. A “mulher”, conjunto de códigos recitados desde o nascimento em decorrência da constatação médica de que há uma “vagina” no corpo do bebê – uma zona geradora da totalidade do corpo (p. 132) –, não representa o seu local de enunciação. Portanto, da mesma forma que, para ela, as lésbicas existem fora das categorias binárias como fugitivas do regime da diferença sexual, a sua anatomia também não se define por órgãos e funções cuja prescrição é produto da ordem hetero-patriarcal: a “vagina” não mais se inscreve na lógica das relações heterossexuais e da apropriação masculina do trabalho reprodutivo forçado, e, portanto, torna-se obsoleto o seu recorte e a sua nomeação como tal. Afinal, “o nome de um órgão sempre tem valor prescritivo” (p. 140).

Enfatizamos os processos acima pois, sem dúvida, são exemplos de usos verdadeiramente contestadores dos códigos linguísticos. A provocação de Paul Preciado nos é pertinente por ser certeira: as experimentações performativas que nascem de forma orgânica no interior de comunidades de lésbicas, gays e travestis possuem um potencial de disputa e mudança política muito maior do que qualquer proposição feita do alto de “uma torre de marfim literária”, especialmente quando nos voltamos para a linguagem no mercado da comunicação.

“Substituir”, nos textos publicitários, “certos termos por outros”, “se desfazer das marcas de gênero” ou pensar “um novo pronome” estão entre as alternativas estudadas neste capítulo que se inicia, mas não como caminhos imediatos para uma transição da sociedade patriarcal a uma organização social pós-gênero, pois não é a nossa intenção supor que a atuação publicitária possui esse poder. A publicidade – entendida aqui como linguagem que retrata os sentidos e os valores de seu tempo, expressando e ao mesmo tempo ajudando a produzir os ideais de uma época na busca por fazer consumir –, não pode se transformar se a

sociedade permanece igual. Portanto, não podemos atribuir a ela a função de desfazer por conta própria estruturas complexas, cujas raízes, notamos, são historicamente profundas. É contraproducente pensá-la assim.

Explorar formas de enunciação em que as marcas de gênero sejam superadas enquanto indexadoras linguísticas da oposição desigual entre os sexos cumpre, na verdade, uma outra função: a de produzir reflexões a respeito das mutações sociais que vêm ganhando terreno nos últimos anos e que continuam a se expandir cada vez mais por meio das reivindicações políticas de grupos minorizados no regime da diferença sexual – eles, sim, capazes de minar os pilares dos quais falamos neste texto. O objetivo não é advogar por “intervenções políticas abstratas” nos discursos das marcas como forma de operar uma imposição vertical que solucionaria as nossas contradições, mas considerar a publicidade enquanto uma das múltiplas vias por onde esse diálogo pode fluir, sem rejeitá-lo, censurá-lo ou condená-lo de antemão.

Nesse sentido, as ações abordadas aqui não se encaixam no que se conhece por “publicidade de causa”, caracterizada por trazer, na superfície de seu conteúdo:

as discussões, as pautas, os assuntos, os dilemas, os problemas das sociedades na contemporaneidade, como por exemplo as questões identitárias – de gênero, étnico-raciais etc. – e as questões ambientais – despoluição dos oceanos, incentivo à reciclagem etc. Estamos diante de uma publicidade de causa quando a marca anunciente decide tratar de questões como essas no conteúdo das suas propagandas (Pompeu, 2021, p. 14).

Ao contrário, lidamos aqui especificamente com a linguagem, a dimensão simbólica, tomando a publicidade em seu papel de mediadora. Não podemos nos esquecer, como nos lembra Bruno Pompeu, de que “sem a participação da linguagem, não há grandes chances de transformação do pensamento ou construção de melhores valores” (p. 14). Em seu trabalho “Publicidade pós-causa: o poder da linguagem publicitária”, o professor oferece uma definição da chamada “*publicidade pós-causa*, entendida não a partir do seu conteúdo ou da sua finalidade, mas iluminando seu aspecto sínico, sua natureza de linguagem”. Ele explica:

Se a publicidade *de causa* é aquela que localiza na sua superfície expressiva, no seu conteúdo explícito e nas suas intenções declaradas o atravessamento do público pelo privado – levantando bandeiras, lançando manifestos, definindo propósitos –; a publicidade *pós-causa* é aquela que, sustentada na compreensão da propaganda que nos oferecem as teorias da linguagem e o paradigma interpretativista [...] reconhece que o poder transformador que a publicidade possa vir a ter frente às questões sociais e políticas só pode residir na sua linguagem, na sua camada signica mediadora (Pompeu, 2021, p. 5-6).

Essa publicidade existe, ou, nos diz o autor, “talvez ainda esteja por existir”, a partir da noção de que a linguagem e a sua mediação dos sentidos possuem um potencial muito maior no que diz respeito ao enfrentamento de problemáticas sociais (p. 14).

A sua atuação pode ser identificada, por exemplo, quando as peças, sem abordar nominalmente os temas: retratam enquanto protagonistas das ações de consumo indivíduos pertencentes a recortes populacionais historicamente minorizados; quebram com padrões estéticos e comportamentais hegemônicos; subvertem as convenções discriminatórias que determinam maneiras distintas de se comunicar com cada uma das classes sociais; e se dirigem às pessoas não somente em sua qualidade de consumidoras, mas de cidadãs inteligentes, íntegras, “capazes de compreender uma narrativa mais elaborada, de se sensibilizar com uma mensagem mais refinada, de se identificar com visões de mundo menos vis do que aquelas baseadas apenas na compra deste ou daquele produto” (p. 16). Essa é a publicidade que, movimentando-se além da incorporação – e do possível esvaziamento, em alguns casos – desta ou daquela causa, “está contribuindo silenciosamente para o desenvolvimento da sociedade”.

Portanto, pensar o emprego da língua e o conteúdo ideológico implícito que se transmite por meio de certas construções lexicais é uma atividade muito mais próxima da publicidade *pós-causa* acima delimitada, já que se refere a um exercício reflexivo voltado ao nosso manuseio dos signos na elaboração das mensagens. Não buscamos inserir o tema nas “intenções declaradas” dos textos publicitários, mas investigar possibilidades de articulação do código linguístico que permitam, por meio da própria linguagem, o trânsito das pautas em questão – uma comunicação mais inclusiva, o não apagamento feminino, o reconhecimento da diversidade de gênero etc. –, admitindo-as na sua “fina e invisível, onipresente e poderosa camada sínica” (p. 14). Isso importa porque, assumindo que a linguagem publicitária possui um potencial de impactar mentalidades e introduzir pontos de vista no imaginário coletivo de uma sociedade, a nossa atuação passa a ter uma responsabilidade mais bem definida, como Bruno Pompeu nos diz a seguir:

Ao publicitário, esse profissional da comunicação, agente da linguagem, operador dos signos, cuja formação ao menos em tese deve passar pelos estudos da comunicação, da sociologia, da cultura e da própria linguagem, cabem as maiores responsabilidades neste tempo em que o consumo se insufla e a publicidade se faz ubíqua e onipresente. Cabe a ele – cabe a todos nós, pesquisadores e professores, cabe à publicidade como campo do conhecimento e como atividade profissional – a responsabilidade de contribuir efetivamente no crescimento da razoabilidade (Pompeu, 2021, p. 17).

Encontra-se aqui a principal motivação por trás deste trabalho. Em nossas ocupações como publicitárias e publicitários, trabalhamos com os níveis simbólicos de mensagens que dialogam com inúmeras pessoas, estabelecendo interações discursivas com públicos dos mais diversos em toda a extensão territorial do País. Com isso em mente, prezar pela razoabilidade e contribuir com o avanço de discussões pertinentes à superação de preconceitos são ideias indispensáveis para uma atuação profissional consciente. É nesse cenário que se torna produtivo questionar o gênero em nossas enunciações, identificando e buscando evitar a naturalização linguística da divisão sexual de nossa sociedade, sem nunca ignorar a relação inerente entre a linguagem e a consciência humana. A publicidade pós-causa, da qual buscamos nos aproximar:

É esta que projeta – e assim constrói – pela força da sua dimensão mediadora um mundo, uma sociedade e um sujeito mais próximos do desejado. É esta que, sem deixar de ser publicidade – ou seja, jamais abrindo mão dos seus fins mercadológicos ligados ao lucro –, o faz tendo a consciência do poder que possui na (re)construção de imaginários, na (re)definição de padrões, na (re)valorização de princípios éticos, justos, responsáveis, solidários e respeitosos (Pompeu, 2021, p. 15-16).

É evidente, lembramos, que a atuação publicitária consciente da sua capacidade de reconstruir, redefinir e revalorizar imaginários e padrões terá um desempenho ainda mais restrito conforme a sociedade permanecer inerte. A inclusão discursiva de múltiplas identidades de gênero precisa ser acompanhada de ações concretas que busquem a superação de desigualdades, preconceitos e processos de marginalização, em especial por parte das empresas que empreguem uma linguagem não excludente. Se não pelo compromisso com o avanço da sociedade, ao menos porque iniciativas nesse âmbito parecem trazer vantagens para os negócios: “as empresas bem-sucedidas serão aquelas com poder suficiente para consertar o estrago. Portanto, para que um negócio seja sustentável, incluir nos planos de crescimento um aspecto de desenvolvimento social é fundamental” (Kotler, 2021, p. 50).

Descrevendo o cenário atual do marketing, Philip Kotler nota que o desenvolvimento social auxilia no crescimento dos mercados e no surgimento de novos segmentos (p. 50-51). “O fato é que agora o cliente espera que a empresa trabalhe pelo bem da sociedade como um todo, e as empresas estão cientes disso” (p. 51). O autor explica:

As empresas são consideradas responsáveis não apenas por gerar valor para os acionistas no curto prazo, mas também por gerar valor para a sociedade no longo prazo. E, por causa da internet, as empresas passaram a ficar sob constante vigilância, sendo mais fácil para o consumidor monitorar as questões éticas dos negócios (Kotler, 2021, p. 52).

Partindo desse ponto de vista, entendemos que as mudanças estruturais às quais precisa se aliar o manuseio do simbólico estão, hoje, nos horizontes das empresas, das quais o público consumidor exige uma postura cada vez mais consciente e ativa. É importante que um negócio, então, ao mesmo tempo em que promova uma comunicação mais inclusiva, também incorpore uma série de práticas e políticas que impulsionem a sociedade na mesma direção, garantindo também o seu sucesso econômico.

Também reconhecemos que a língua não é a única instância sínica por meio da qual estereótipos, expectativas e imposições de gênero se cristalizam no âmbito publicitário. Sabemos bem a maneira como as representações de homens e mulheres na publicidade reforçam modos específicos de falar, andar, se sentar, se vestir, comprar, comer etc. Esses aspectos, entretanto, são mais frequentemente objetos de análises críticas, enquanto a dimensão linguística permanece sem a mesma atenção. Por essa razão, o interesse aqui é o de imaginar outras possibilidades no que diz respeito à disposição discursiva das palavras.

A seguir, trazemos dois exemplos de tentativas de utilização não-excludente da língua no que diz respeito às identidades de gênero. Cada um possui suas especificidades e seu grau maior ou menor de complexidade, ocupando contextos distintos. Não se quer com isso exigir que essas modalidades sejam adotadas como leis ou soluções, mas demonstrar que é possível encadear os signos linguísticos de maneira a não sobrepor uma marca masculina a todas as outras.

3.1. TODAS, TODOS E *TODES*?

No ano de 2019, Paul Preciado redigiu um discurso que seria dirigido a 3500 psicanalistas, ao fim do qual ele convida o público a centralizar na prática clínica:

os corpos daqueles, daquelas e *daquelus* que sobreviveram à violação e à violência patriarcal, daqueles, daquelas e *daquelus* que já vivem para além da família patriarcal nuclear, para além da heterossexualidade e da diferença sexual, daqueles, daquelas e *daquelus* que procuram e fabricam uma saída (Preciado, 2022b, p. 87).

Não podemos dizer que o fez dessa maneira porque se esqueceu das tecnologias de bioinscrição que trabalham sobre nós para produzir a normatividade sexo/gênero, lembrando-se apenas dos resíduos linguísticos dessa textualidade corporal fabricada em sociedade. Se o autor acreditou ser pertinente empregar um pronome *neutro* em sua fala diante da Jornada Internacional da Escola da Causa Freudiana, logo após uma longa exposição sobre a crise epistêmica que vive o regime da diferença sexual, é por reconhecê-lo

como um dos signos do novo paradigma em formação. “Essa mudança de paradigma poderia marcar a passagem da ‘diferença sexual’ [...] a um número interminável de diferenças, de corpos e de desejos não identificados e não identificáveis” (p. 83).

A utilização do neutro por parte do filósofo não é uma tentativa de contornar as diferenças, mas celebrá-las: convidar à coenunciação sujeitos e subjetividades que se encontram além das categorias “homem” e “mulher”, nesse caso, as identidades de gênero não binárias e as pessoas intersexuais.

A chamada “linguagem neutra” compreende uma série de modificações de caráter morfológico que objetivam substituir as marcas masculinas e femininas por uma marca neutra – posicionada fora dessas duas categorias – quando nos referimos a pessoas. Entretanto, essa não é a única forma de empregá-la, pois também é recorrente o uso de variações neutras *ao lado* das formas binárias hegemônicas, dessa maneira apenas acrescendo a elas uma terceira flexão – como fez Paul Preciado no trecho supracitado para destacar nominalmente *aquelus* que se encontram em um outro local de enunciação.

A formulação de uma alternativa linguística livre da binariedade de gênero foi por muito tempo uma reivindicação de grupos feministas e LGBT da Argentina, tomando grande visibilidade política durante as manifestações de 2018 pela legalização do aborto (Marcos, 2019). Essas alterações podem variar, desde substituições de vogais temáticas e artigos pelas letras “e”, “i” ou “u” até intervenções mais complexas na estrutura das palavras, que requerem um aprendizado mais específico.

Hoje é comum identificar a linguagem neutra nos discursos de grupos minorizados em razão de identidade sexual ou de gênero, em especial entre travestis, pessoas transgênero, não binárias e intersexuais, mas o tema definitivamente não se encontra restrito a esse recorte. Durante as cerimônias de posse de seus respectivos ministérios, seis ministras e ministros do presidente Luís Inácio Lula da Silva empregaram uma expressão neutra em seus discursos: Fernando Haddad, Márcio Macedo, Margareth Menezes, Cida Gonçalves, Alexandre Padilha e Silvio Almeida saudaram a “todos, todas e *todes*” que assistiam.

Luiz Carlos da Silva Schwindt (2020) explica que a presença do “e” como marca neutra, pronunciado em geral como um “i”, não representa uma solução total por existirem tanto palavras masculinas como femininas encerradas nessa vogal, mas o seu uso é efetivo no caso de grupos de nomes sexuados opostos por “a” e “o” (p. 16). O linguista nos lembra, contudo, que a neutralidade do uso do “e” encontra certos limites, não dando conta de questões como “a referência semântica e a determinação ou indeterminação por artigos e pronomes, bem como a retomada pronominal” (p. 16-17). Ele exemplifica esse problema por

meio da frase “Meus(?) dois(?) amigues mais próximes, Vini e Léo, chegaram. Preciso dar atenção a eles(?)” (p. 17)

Portanto, identificamos uma insuficiência nesse uso. É na intenção de confrontar essas limitações que se desenvolvem propostas mais complexas, algumas mais sofisticadas do que outras, recebendo o nome de “sistemas”. O autor traz como exemplo apenas um deles, o chamado Sistema Ile, difundido principalmente por meio de um vídeo publicado pelo artista Julian de Barros (2020). De acordo com Schwindt, mais informações sobre esse e outros sistemas podem ser encontradas em blogs, redes sociais e textos colaborativos como na Wikipédia, salientando o seu aspecto de experimentação intracomunitária ainda distante de um reconhecimento formal no País.

A partir do exemplo “Ile se lembrou de sue prime e *daquile amigue* da escola” (p. 17), ele nos mostra que o sistema em questão opera com base em “acrédimo de -e fechando as estruturas e alguma modificação na base (ou raiz) desses morfemas”. Diferentemente da modalidade neutra levada a cabo pela substituição de vogais, que admite, em certos momentos, a binaridade da língua, as formações exemplificadas acima neutralizam por completo as marcas de gênero masculinas e femininas, mas exigem, em algum nível, uma aprendizagem formal de suas estruturas.

Pelo modo como os sistemas linguísticos se organizam, e não por questões sincronicamente ideológicas, primitivos, como morfemas, fonemas e condições de estrutura silábica, são mais resistentes a mudanças. Ser resistente, porém, não significa ser impermeável. O grau de permeabilidade, contudo, parece depender da pressão dos fatores sociais e da naturalidade dos processos envolvidos na mudança, estes últimos a que me referi como *limites do sistema* (Schwindt, 2020, p. 18).

Uma mudança na linguagem e no sistema linguístico, portanto, assim como uma transformação na publicidade, precisa ser acompanhada de um processo de renovação também dos ideais de uma sociedade, atendendo a pressões que vêm de bases sociais. A adoção de flexões neutras da língua por parte de ministras e ministros que se dirigem a todo o Brasil é um indicativo de que essas pressões têm tomado uma força cada vez maior, a ponto de não ser mais possível ignorá-las.

Não é preciso dizer, porém, que tanto esse episódio como as ocorrências em que peças publicitárias tentaram utilizar o “e” neutro em seus textos encontraram forte resistência de grande parte da população. Os principais argumentos contrários à linguagem neutra, os quais também dominam a seção de comentários da postagem de Julian de Barros (2020), acusam quem usa essas variações de estar desrespeitando a norma-padrão do português, sendo

frequentes as tentativas de legislar a sua proibição. O que Raquel Noronha (2023) vai nos dizer, entretanto, é que:

Independentemente do que se legisla a respeito da linguagem neutra/inclusiva, ela já funciona na língua. Mesmo em espaços que visam sua interdição ela é compreendida e enunciada. A suposta defesa da língua é, comumente, justificada no sentido de preservar a integridade de uma norma culta que parece tanto alheia ao funcionamento social da língua, quanto vulnerável a mudanças que a prejudicaria, de alguma maneira. Isso nos leva a retomar Bagno (2015) para dizer que a produção da normativa de uma língua não constitui sua totalidade. Nesse sentido, julgamos que quando se procura regular, através de leis, um funcionamento já em vigor na língua para interditá-lo, a suposta defesa da língua nos parece mais um pano de fundo para tratar de outros assuntos sociais, como o reconhecimento identitário de pessoas fora do par masculino/feminino (Noronha, 2023, p. 579).

No início de seu vídeo acerca do Sistema Ile, Julian declara que a língua é viva e mutante, e que deveria servir às pessoas ao invés de se ater a uma norma culta (2020), que, sem dúvida, existe enquanto padrão, porém não é a única manifestação possível do Português. Entendemos, durante as leituras do primeiro capítulo, que a língua exerce poder de modo imanente, existindo como um código transcendental. Durante o ato da fala, contudo, ela é tomada pelas pessoas co-enunciadoras, e essa dominação se afrouxa. É na enunciação que as mutações acontecem, na “manifestação da língua na comunicação viva” (Kristeva, 1969, p. 22). Basta observar, por exemplo, as incontáveis variantes regionais, identificadas principalmente na fala e também submetidas a diversos preconceitos.

De fato, há de se considerar os obstáculos a uma aceitação mais ampla e formal da linguagem neutra, incluindo: a insuficiência da substituição das vogais pelo “e” no que se refere a construções verbais mais complexas; a multiplicidade de “sistemas”, cada um com as suas respectivas regras e estruturas alternativas, sem que haja um consenso a respeito de qual deles adotar; e a necessidade de um aprendizado de todas essas práticas, sem o qual a mensagem é entregue com ruídos a quem as desconhece, excluindo ao invés de incluir.

O que a autora nos informa, porém, é que os projetos de lei que buscam proibi-la não trazem nenhuma dessas preocupações entre as suas justificativas; pelo contrário, a motivação parece ser de cunho político. Em abstrato, defende-se uma língua que estaria sendo ameaçada, com a intenção real de bloquear as elaborações de uma parcela minorizada da população falante que busca fabricar novas posições de enunciação. Ocorre que essas ações costumam fortalecer ainda mais aquilo que desejam censurar, como indica Noronha:

Consideramos, ainda, que a existência de projetos de lei de regulação da linguagem neutra, mesmo que seja para proibir seu uso, é um evidente

reconhecimento de sua existência e de seu funcionamento, na sociedade atual. As tentativas de censura a práticas já em uso costumam ser fracassadas, não tendo outra função senão a de reconhecer tanto a existência de tais funcionamentos, quanto o incômodo que produzem (Noronha, 2023, p. 600).

É certo que esse é um diálogo ainda em andamento. Enquanto escrevemos, novos debates acontecem acerca da linguagem neutra, esta ou aquela variação é aderida por figuras públicas e a conversa avança, se expande, toma outra envergadura e alcança cada vez mais pessoas. No ano de 2020, o governo argentino aprovou uma lei chamada “Guía de Pautas de Estilo del Lenguaje Inclusivo”, cujo objetivo é utilizar a linguagem neutra também nos documentos oficiais do país, de modo a torná-los mais inclusivos (p. 587).

Na concepção de língua que se manifesta na lei argentina, a mudança na língua depende dos falantes e os instrumentos tecnológicos (dicionários e gramáticas) teriam como função meramente incorporar as mudanças a suas descrições e normativas sobre a língua. Ou seja, não caberia a estes instrumentos tecnológicos legislar as mudanças na língua (ou a ausência delas) (Noronha, 2023, p. 597).

Embora não estejamos perto de uma iniciativa parecida, é uma discussão a se manter em nossos horizontes, pois é improvável que essas reivindicações desapareçam ou percam a sua força. Pelo contrário, como demonstramos, elas tendem a continuar ganhando solo e relevância.

3.2. CAMINHOS PARA UMA LINGUAGEM MENOS EXCLUIDENTE

Entendidos os limites de atuação da linguagem neutra em nosso contexto atual, torna-se importante nos debruçarmos brevemente sobre algumas maneiras de neutralizar as marcas de gênero com os recursos já disponíveis na Língua Portuguesa, considerando que, ao lidar com a comunicação de anunciantes, teremos de nos contentar com a norma-padrão do Português. Nesse caso, é possível repensar a construção das frases para que não incluam o masculino em sua função geral ou não permitam às marcas de gênero, quando presentes, estabelecerem uma hierarquia entre si.

Retomando exemplos do primeiro capítulo, a palavra “homem” enquanto signo representante de todas as pessoas do planeta poderia ser simplesmente substituída por aquilo que representa: “humanidade”, “população humana”, “povo”. No caso de “os alunos”, em que uma alternativa comum seria dizer “os estudantes”, cabe dobrar os substantivos, referindo-se “às alunas e aos alunos”. As marcas de gênero não são eliminadas aqui, mas

ambas as categorias binárias se encontram representadas e o masculino não prevalece como mais importante.

Cada vez mais recorrente, o emprego de formas femininas e masculinas em vez do uso genérico também não se classifica como um expediente de neutralização. Trata-se, ao contrário, como no caso de presidente, da afirmação da binariedade no sistema de gênero, neste caso numa oposição equipolente, ou seja, duplamente marcada. Embora mais recorrente em vocativos, recuperando uma fórmula antiga do português e de outras línguas presente em expressões cristalizadas (ex. senhoras e senhores; *ladies and gentlemen*), este uso se estende atualmente, por vezes, a todos os elementos do sintagma. [...] Apesar de computacionalmente viável, esse tipo de construção pode encontrar alguma limitação pragmática, sobretudo na fala, que tende a ser mais econômica do que a escrita por razões possivelmente relacionadas a memória. Violar, contudo, o pressuposto de economia, combinado ao ordenamento do feminino antes do masculino, parece ser justamente o que está em jogo para se alcançar o objetivo de inclusão nesse uso (Schwindt, 2020, p. 15).

A “dupla marcação”, iniciada pelo feminino, cumpre o papel de removê-lo de seu lugar de não-dito, escondido, invisibilizado: são convidadas à co-enunciação também as alunas. Estratégias parecidas já são comuns em certas situações, como quando o padre se refere “aos irmãos e às irmãs”, ou quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva inicia uma fala com “companheiros e companheiras”. A ideia é sempre abranger um público maior. O mesmo pode se aplicar a “professoras e professores” ou “diretoras e diretores” quando expressões do tipo “corpo docente” e “diretoria” não forem apropriadas. É sempre importante pontuar, entretanto, que, nessas ocorrências, identidades de fora da binariedade masculino/feminino não estarão contempladas nominalmente.

Em certas ocasiões, a palavra “pessoa”, quando acompanhada de adjetivos, profissões ou cargos, auxilia nas substituições: “os colaboradores” se torna “as pessoas colaboradoras”, “os executivos” vira “as pessoas executivas” e “os falantes” dá lugar a “as pessoas falantes” ou mesmo a “a população falante”, assim como “as pessoas usuárias” sobrepõe “os usuários” – cada variação podendo produzir um grau maior ou menor de estranhamento.

Paramos por aqui pois não queremos incutir este trabalho com um tom de “manual de boas práticas” ou de um livro de regras a serem seguidas, muito menos induzir ao pensamento de que a conversa se encerra nos exemplos até o momento explorados. As possibilidades trazidas acima servem ao propósito de demonstrar que a simples reformulação de uma frase, muitas vezes, ajuda a eliminar uma hierarquização linguística em que o masculino se sobressai e encobre o feminino: o nosso vocabulário é amplo o bastante para se imaginar construções lexicais menos excludentes. Como percebemos também, essas formas

possuem a sua insuficiência, já que por vezes não contemplam pessoas não binárias e nem se desfazem da binariedade dos sexos.

Conforme são investigadas as alternativas ao uso hegemônico e patriarcal da língua, encontram-se obstáculos, limites e resistências, mas, principalmente, comprova-se que há como manusear os códigos linguísticos a partir de um ângulo diferente, bem como elaborar novos caminhos para uma linguagem cada vez mais inclusiva.

3.3. O CAVALO DE TROIA

A princípio, os troianos acham estranho o cavalo de madeira, sem cor, descomunal, bárbaro. Como uma montanha, ele se eleva ao céu. E então, pouco a pouco, eles descobrem as formas familiares que coincidem com as de um cavalo. Por fazerem parte de uma cultura antiga, os troianos já conheciam muitas e variadas formas, às vezes contraditórias, que, reunidas e trabalhadas, criavam um cavalo. O cavalo construído pelos gregos sem dúvida também é um cavalo para os troianos, embora eles ainda o observem com desconfiança. [...] Depois, no entanto, eles se afeiçoam à aparente simplicidade, na qual enxergam sofisticação. Agora percebem toda a elaboração escondida de início sob uma brutalidade grosseira. Eles passam a ver como forte e poderosa a obra que antes consideraram sem forma. Querem se apossar dela, adotá-la como monumento e abrigá-la entre seus muros, um objeto gratuito cujo único propósito deve ser encontrado nele mesmo. Mas e se fosse uma máquina de guerra? (Wittig, 2022, p. 107-108).

É dessa maneira que Monique Wittig inicia o seu ensaio “O Cavalo de Troia”, comparando as obras literárias importantes com a conhecida artimanha militar grega. Escritos que trazem consigo uma nova forma funcionam de acordo com a metáfora bélica apresentada, já que o seu objetivo é minar as estruturas antigas e as convenções formais. Essa literatura-armadilha “é sempre produzida em território hostil. E quanto mais estranha, inconformista e inassimilável ela parece, mais tempo demora para o Cavalo de Troia ser aceito” (p. 108). Quando a obra é finalmente acolhida, passa a substituir lentamente a norma anterior. “As formas literárias antigas, às quais todos já estavam acostumados, acabarão vistas como obsoletas, ineficazes, incapazes de exercer transformações”.

A autora declara, entretanto, que a literatura capaz de interferir em sua época como uma “máquina de guerra” não é a chamada “literatura engajada”, considerada por ela subserviente ao engajamento. “Afinal, o que aconteceria ao escritor se o grupo que ele representa ou do qual é porta-voz deixasse de ser oprimido? O escritor não teria mais nada a dizer? Ou o que aconteceria se o trabalho do escritor fosse banido pelo grupo?” (p. 108-109). As escritoras e os escritores, no momento da produção de uma obra, têm a escolha de reproduzir as formas já existentes ou criar novas, a depender de como manipulam a sua

matéria-prima – as palavras. “As palavras são, cada uma delas, como o Cavalo de Troia. Elas são coisas materiais, ao mesmo tempo que significam algo – elas são um condensado de abstração e concretude, e, nisso, são totalmente diferentes de todos os outros meios usados para criar arte” (p. 110). Portanto, a força das palavras no contexto literário não vem das ideias supostamente promovidas na sua superfície.

Existe um desvio, e o choque das palavras é produzido por sua associação, sua disposição e seu arranjo, e também por cada uma delas quando usadas separadamente. O desvio é trabalho, é trabalhar as palavras como se trabalha um material qualquer para transformá-lo em outra coisa, em um produto. Não há como evitar esse desvio na literatura, e é exatamente esse desvio que a literatura é (Wittig, 2022, p. 112).

A “literatura engajada” a que se refere Wittig se assemelha ao que lemos a respeito da “publicidade de causa”, preservadas, é claro, as individualidades de cada uma das práticas. Transportar uma reflexão realizada acerca da atividade literária para o âmbito da linguagem publicitária requer que destaquemos as suas diferenças, já que a literatura admite uma liberdade estilística muito mais ampla e abarca possibilidades distintas na abordagem de seus temas. Imaginar a publicidade enquanto uma “máquina de guerra”, já entendemos, não se sustenta.

O princípio, contudo, se mantém o mesmo: o que buscamos com este trabalho é pensar o fazer publicitário enquanto mediador de novas ideias, capaz de contribuir para a difusão de imaginários menos discriminatórios do que é ser um sujeito em sociedade e de reconhecer, como parte importante da população consumidora, pessoas representantes de identidades de gênero historicamente excluídas da conversa. Isso requer uma atenção especial ao trabalho dos signos, em especial, no nosso caso, das palavras. Saber operar o arranjo e a disposição dos múltiplos Cavalos de Troia constituintes da mensagem é uma tarefa essencial, sem o domínio da qual não conseguimos garantir, por meio do encadeamento linguístico, o trânsito de pontos de vista necessários ao aumento da razoabilidade.

Introduzindo a dificuldade de desmantelar os discursos conservadores dominantes em nossa sociedade, a professora Marilena Chauí (2021) explica que:

Para a classe dominante de uma sociedade, pensar e expressar-se é coisa fácil: basta repetir ideias e valores que formam as representações dominantes da sociedade (afinal, como dizia Marx, as ideias dominantes de uma sociedade são as da sua classe dominante). O pensamento e o discurso da direita, apenas variando, alterando e atualizando o estoque de imagens, reiteram o senso comum que permeia toda a sociedade e que constitui o código imediato de explicação e interpretação da realidade, tido como válido para todos. Eis por que lhe é fácil falar, persuadir e convencer, pois os

interlocutores já estão identificados com os conteúdos dessa fala, que é também a sua na vida cotidiana (Chauí, 2021, p. 8).

Devemos ter em mente que as representações que queremos construir, no sentido de incluir discursivamente recortes populacionais marginalizados, não estão entre as ideias dominantes. Para que um dia venham a estar, é preciso tomar um pouco de inspiração na engenhosidade grega, especialmente quando se trata da atuação de profissionais da comunicação, agentes diretos da linguagem.

De acordo com a autora, a superação simbólica da ideologia dominante envolve quatro esforços simultâneos: desmontar o senso comum social; desmantelar a aparência de “verdade” da qual se recobrem as práticas e condições vigentes; reinterpretar a realidade a partir da revelação dos fundamentos e das operações invisíveis; e, por fim, “criar uma fala nova, capaz de exprimir a crítica das ideias e práticas existentes, capaz de mostrar aos interlocutores as ilusões do senso comum e, sobretudo, de transformar o interlocutor em parceiro e companheiro para a mudança daquilo que foi criticado” (p. 8). Este texto é, especialmente, um exercício nessa direção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das leituras e pesquisas realizadas para a escrita deste trabalho, foi possível ter contato com conhecimentos muito importantes a respeito da linguagem e dos efeitos que os signos linguísticos podem exercer na maneira como nos locomovemos pelo mundo, já que só se é capaz de reconhecer aquilo que o idioma nomeia. A articulação dessas referências em conjunto com os estudos de gênero permitiu reflexões importantes no âmbito de como a dimensão simbólica em questão pode interferir – positiva ou negativamente – no imaginário social acerca das contradições ditas “sexuais”.

De início, compreendeu-se em detalhe que o surgimento da vida em sociedade se deu em decorrência do desenvolvimento da comunicação, identificadas as primeiras ocorrências de abstração sínica nas atividades coletivas pré-sociais. Assim, o estudo da linguagem é também uma investigação das relações humanas, sendo possível captar os processos ideológicos formadores da consciência por meio da análise dos signos com os quais uma pessoa se expressa discursivamente.

Em seguida, destrinchados os principais fatos históricos envolvidos na criação do que hoje se conhece por “homens” e “mulheres”, distinguimos o gênero como uma fabricação social, cujo caráter de construto não natural se estende ao seu equivalente “biológico” – o sexo –, bem como às sexualidades. Entendemos que a função dessas categorias sexuais e de gênero – as quais devem obedecer a uma ordem heterossexual, caso contrário há represálias – é autorizar uma apropriação do trabalho feminino em prol de uma gestão capitalista da produção e da reprodução humanas. Nessa perspectiva, examinamos de que maneira certos usos da língua, dentre muitas outras instituições sociais, podem dificultar a apreensão dessas construções, identificando enquanto manifestações da ideologia heteropatriarcal dominante as enunciações que empregam o gênero masculino em sua forma “geral”.

Também pudemos experimentar algumas possibilidades de exclusão do aspecto patriarcal da língua nos discursos, umas mais e outras menos adequadas ao contexto publicitário sobre o qual se debruça o último capítulo. Definindo como inspiração a “publicidade pós-causa”, discernimos a publicidade como uma linguagem própria de seu tempo, capaz de cumprir, a partir de uma atuação profissional consciente do poder dos signos, o papel de mediar e auxiliar na produção de sentidos, valores e imaginários cada vez mais éticos. É em uma publicidade motivada por interesses e preocupações como essas que cabe o esforço de se conceber um uso mais inclusivo dos códigos linguísticos.

Seja pensando em encadeamentos não sexistas das palavras constituintes do nosso léxico atual, seja buscando formular novas alternativas – neutras ou de outra natureza –, refletir acerca das influências da linguagem e da língua no real será sempre um exercício indispensável, em especial aos instrumentos de comunicação.

Neste trabalho, realizamos as tarefas de expor as inquietações referentes a esse tema quando aplicado às relações de gênero e de tentar exaurir as razões pelas quais é relevante manter esse diálogo, sem o propósito de colocar um ponto-final por aqui, mas de não deixar que o assunto escape dos nossos radares.

Sem dúvida, as análises desenvolvidas ao longo dos três capítulos podem ser expandidas em diversas direções. Os estudos da linguística e da semiótica, em especial, reúnem incontáveis contribuições, e conseguiríamos dar ao apanhado teórico que realizamos no início da escrita uma envergadura mais ampla, levando em conta não só autoras e autores em que não nos apoiamos neste texto como também outras obras dos nomes já presentes na nossa bibliografia.

O mesmo vale para a segunda seção. Elegemos a teoria de Monique Wittig (2022) como um alicerce importante, em especial por conta de sua relação com a literatura, além de suas análises da língua e da escrita, mas outras autoras fundamentais ao feminismo radical caberiam tão bem quanto: não tivemos a oportunidade, por exemplo, de ler o que escrevem Shulamith Firestone e Andrea Dworkin. O mesmo vale para outros escritos de Judith Butler e Paul Preciado com os quais não interagimos, além de outros títulos importantes ao progresso da chamada Teoria Queer, como as elaborações de Gayle Rubin ou de Mario Mieli – este último cuja obra *Por um comunismo transexual*, de 1977, acaba de ser publicada pela primeira vez em Português. Dentro dos nossos interesses, os textos selecionados satisfizeram as reflexões necessárias a uma progressão coesa, mas o tema da divisão patriarcal da sociedade em duas classes antagônicas não se esgota, e são incontáveis as produções intelectuais voltadas ao escrutínio dos processos envolvidos na sua manutenção.

Enquanto um Trabalho de Conclusão de Curso, foi tomada, como objeto principal em que introduzir esse levantamento teórico, a atuação publicitária, e nos detivemos sobre os usos da língua nas enunciações específicas à publicidade. Efetuando, contudo, um levantamento bibliográfico mais denso acerca da linguagem e das teorias dos signos, bem como das relações generificadas que estruturam a nossa sociedade, este texto poderia se desdobrar – possivelmente no contexto de uma tese de mestrado – em um exame mais alongado do elo entre a ordem social heteropatriarcal e a sua manutenção efetuada na camada signica, na dimensão simbólica das nossas experiências, no pensamento.

Afinal, o assunto do qual tratamos – isto é, a necessidade de uma inspeção minuciosa dos efeitos da comunicação humana e do conteúdo ideológico trocado em nossas interações discursivas – é uma temática também difícil de se esgotar. Como sabemos, na maior parte do tempo, a linguagem:

nos é apresentada como essencialmente informativa, e a informação essencialmente como uma troca. Aqui também se mede a informação através de unidades abstratas. Ora, é improvável que a professora, quando explica uma operação ou ensina a ortografia na escola, esteja transmitindo informações. Ela manda, dá palavras de ordem. E fornece-se sintaxe às crianças como se dá ferramentas aos operários, a fim de que se produzam enunciados conformes às significações dominantes. [...] A linguagem é um sistema de comando, não um meio de informação (Deleuze, 2013, p. 57).

Portanto, enquanto as mensagens produzidas em sociedade se revestirem da ideia de construções meramente informativas, permanecerá relevante tratar de temas como este.

REFERÊNCIAS

BARROS, Julian de. **um vídeo sobre como usar a linguagem neutra corretamente. cada pessoa tem um pronome de preferência e sempre devemos respeitar a forma que cada uma quer ser tratada. se a pessoa usa “ela”, respeite. se usa “ele”, respeite. se usa pronomes neutros, respeite. pergunte, preste atenção e abra sua mente para um mundo mais justo. espero que gostem e que ajude.** 6 set. 2020. Disponível em: [https://www.instagram.com/tv/CEzM37VHu-/_](https://www.instagram.com/tv/CEzM37VHu-/). Acesso em 29 out. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural:** o direito à cultura. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão.** 15 ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica.** São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FARIA, Ernesto. **Dicionário Latino-Português.** 3. ed. Rio de Janeiro: Campanha Nacional de Material de Ensino, 1962. Disponível em: <https://www.dicionariolatino.com/?#>. Acesso em: 30 out. 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FIORIN, José Luiz. Teoria dos signos (p. 55-74). In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística.** São Paulo: Contexto, 2007.

FIORIN, José Luiz. Enunciação e Comunicação (p. 45-78). In: FIGARO, Roseli (Org.). **Comunicação e análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2012.

KOTLER, Philip. **Marketing 5.0:** tecnologia para a humanidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

KRISTEVA, Julia. **História da linguagem.** Lisboa: Edições 70, 1969.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo.** 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCOS, Ana. O ativismo dos ‘amigues’ da linguagem inclusiva. **El País**, Madri, Buenos Aires. 23 dez. 2019. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/cultura/2019-12-23/amigues-da-linguagem-inclusiva.html>. Acesso em: 29 out. 2023.

NORONHA, Raquel. **A regulação da linguagem neutra**: uma análise discursiva de leis e projetos do Brasil e da Argentina. Caracol, São Paulo, n. 25, p. 575-602, 2023. DOI: 10.11606/issn.2317-9651.i25p575-602. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/caracol/article/view/202332>. Acesso em: 21 out. 2023.

POMPEU, Bruno. **Publicidade pós-causa**: o poder da linguagem publicitária. Rizoma, v. 9, n. 2, 5 jul. 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/17036>. Acesso em: 18 out. 2023.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022a.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022b.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

SCHWINDT, Luiz Carlos da Silva. **Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico**. Revista da ABRALIN.[São Cristóvão, SE]. Vol. 19, n. 1 (2020), p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/262502>. Acesso em: 21 out. 2023.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A construção do pensamento e da linguagem**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero**: e outros ensaios. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.